



LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

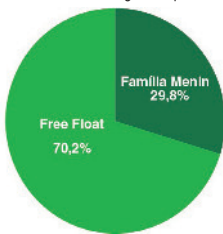
Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da LOG Commercial Properties e Participações S.A. ("Companhia" ou "LOG"), submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. As informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado o contrário, e têm como base as informações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

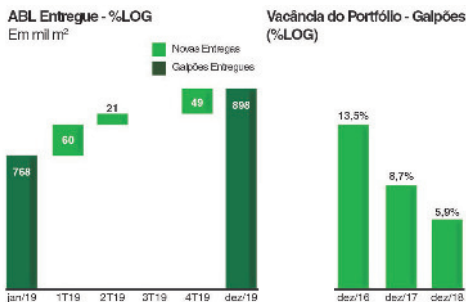
Encerramos 2018 em uma nova fase da LOG Commercial Properties com ações (LOGG3) em negociação na B3 no mais alto nível de governança corporativa, o Novo Mercado, e com participação no Índice Bovespa. Somos a primeira Companhia de galpões e condomínios logísticos presente na bolsa de valores brasileira.

Em 21 de dezembro, concluímos a operação societária que consistiu na versão da parcela do patrimônio líquido da MRV na LOG, composta exclusivamente por ações de emissão da Companhia de propriedade da MRV, representativas de 46,3% do capital social total da Companhia. No contexto da Operação Societária, tais ações de emissão da Companhia de propriedade da MRV foram atribuídas diretamente aos acionistas da MRV, na proporção de suas participações, na proporção de 0,07215075382 ações da Companhia para cada 01 (uma) ação da MRV.



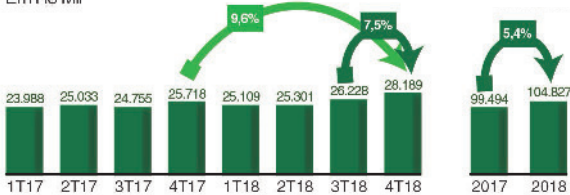
Temos um portfólio potencial de 1,5 milhão de m² de ABL, o qual está presente em 26 cidades, 09 estados no Brasil.

Ao final de 2018, atingimos recorde de 94,1% de ocupação dos nossos galpões. Crescemos 10% de ABL entregue, totalizando 752 mil m². Em janeiro de 2019, entregamos mais 16 mil m² de ABL. Temos adicionais 130 mil m² de ABL em construção para entrega em 2019, sendo que 68% já se encontram lançados. O alto percentual de pré locação indica a tendência de os ativos da LOG continuarem com alto índice de ocupação (baixa vacância).



Continuamos apresentando resultados financeiros consistentes com o crescimento da operação.

Receita Operacional Líquida



Os resultados financeiros de EBITDA Ajustado e FFO Ajustado mostraram este desempenho com crescimento nos últimos oito trimestres.

EBITDA Ajustado



FFO Ajustado

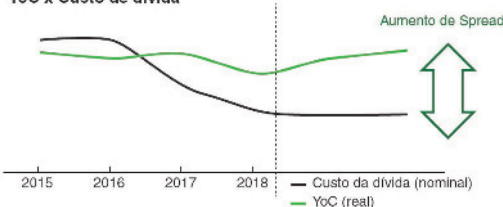


Alcancamos maior eficiência financeira por meio de novas captações em 2018, com menor custo e maior prazo. No último trimestre de 2018, concluímos captações em um total de R\$248 milhões ao custo médio ponderado de 117% do CDI por prazos entre 5 e 10 anos. Realizamos pré-pagamentos no total de R\$ 69 milhões em dezembro 2018 e janeiro 2019 de dívidas que tinham o custo médio ponderado de 142% CDI. Além disso, reduzimos nossa alavancagem (Divida Líquida / Ebitda Ajustado do trimestre anualizado) em 3,4 vezes de 2015 para 2018.

Temos a perspectiva de gerar maior retorno na operação da LOG com taxas de retorno (YoC: yield on cost) maiores dos ativos a serem entregues contra um menor custo de captação de recursos.

Nossos ativos em construção (130 mil m² de ABL) possuem YoC estimado de 12,1%.

YoC x Custo de dívida



Com os resultados de 2018, reforçamos nosso foco em crescimento para atender a alta demanda por galpões logísticos de qualidade no Brasil, em um cenário de expansão dos centros de distribuição e armazenamento, especialmente aqueles ligados ao comércio eletrônico.

¹ Último trimestre do ano anualizado.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de dezembro de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$300 milhões, com a base acionária de 08 de janeiro de 2019. O processo de aumento de capital foi iniciado em 07 de fevereiro de 2019, e até a data da publicação deste relatório ainda não havia sido concluído.

Em 03 de janeiro de 2019, o Grupo quitou antecipadamente financiamentos à construção no valor de R\$33.562, que apresentavam vencimentos entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, sujeitos a taxas contratuais de TR + 9,50% a TR + 9,80% a.a.

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

1. Desempenho Financeiro

Em 2018, a Companhia registrou crescimento de seus dados financeiros, em comparação com o ano anterior:

- Absorção bruta total com recorde histórico de 372 mil m² de ABL em 2018 (246 mil m² de ABL em novos contratos e 126 mil m² de ABL de ABL renovados) – 354 mil m² no %LOG, 69% realizada pelo time comercial da LOG.
- Menor taxa de vacância de galpões desde 2011, atingindo 5,9% em dezembro 2018.
- Receita Operacional Líquida de R\$104,9 milhões, melhora de 5,4% em relação a 2017.
- Aumento do EBITDA Ajustado em 8,5% em 2018 versus 2017, atingindo R\$86,6 milhões.
- O FFO Ajustado atingiu R\$52,3 milhões no ano de 2018, contra R\$36,7 milhões no ano de 2016, um aumento de 42,6%.

1.1 Receita Operacional

Receita Operacional Líquida (em R\$ mil)	2018	2017	Var. % 2018 x 2017
Receita Operacional Líquida	104.827	97.494	5,4%
Receita de Locações	111.626	106.026	5,3%
(-) Impostos	(6.799)	(6.532)	4,1%

Na comparação entre o 2018 e 2017, o aumento foi de 5,4%, em linha com a estratégia da Companhia de aumento da taxa de ocupação, da entrada em operação de novos empreendimentos e do início da retomada de preços, por ajustes contratuais e em novos negócios concluídos em 2018. No quadro abaixo apresentamos a abertura das receitas totais de locações:

Receita Locações (em R\$ mil)	2018	2017	Var. % 2018 x 2017
Receita de Locações	111.626	106.026	5,3%
Receita de Locações	109.903	102.983	6,7%
Linearização de Receita	1.723	3.043	-43,4%

Em linha com a estratégia da LOG, a proporção da receita oriunda de condomínios logísticos (galpões) permaneceu estável em 98% da receita total de locação, para 2018 e 2017.

Receita Locações (em R\$ mil)	2018	2017	Var. % 2018 x 2017
Receita de Locações	111.626	106.026	5,3%
Receita de Locações	109.349	103.687	5,5%
Linearização de Receita	2.277	2.339	-2,7%

1.2 EBITDA e EBITDA Ajustado

EBITDA e EBITDA Ajustado (em R\$ mil)	2018	2017	Var. % 2018 x 2017
(=) Lucro / Prejuízo Líquido	47.087	37.413	25,9%
(+) IR e CSLL	(2.453)	(13.273)	-81,5%
(+) Resultado financeiro	38.812	47.774	-18,8%
(+) Depreciação	240	243	-1,2%
EBITDA	83.686	72.157	16,0%
Margem EBITDA	79,8%	72,5%	7,3p.p
(-) Operação não recorrente*	-	(235)	-100,0%
(-) Ajuste SPE Betim	268	-	0,0%
(+) ITBI - Venda terreno	836	-	0,0%
(-) Valor Justo de propriedade para investimento	(4.100)	(2.787)	47,1%
(-) Valor Justo de propriedade para investimento nas Subsidiárias	4.718	8.003	-41,0%
(+) Venda cotas SJC	1.202	-	0,0%
(+) Gastos Diretos IPO	-	2.685	-100,0%
EBITDA Ajustado	86.610	79.823	8,5%
Margem EBITDA Ajustado	82,6%	80,2%	2,4p.p

* Refere-se ao distrato de um projeto e receita na administração de obra para um locatário

O EBITDA (apurado em conformidade com a ICVM 527/12) cresceu 16,0% de 2017 para de 2018, principalmente pelo aumento da Receita Líquida.

No EBITDA Ajustado foi eliminado o efeito do valor justo das propriedades para investimento, e de operações não recorrentes.

A Margem de EBITDA Ajustado cresceu 2,4 p.p. em 2018 comparativo a 2017.

O aumento do EBITDA Ajustado nos períodos analisados corrobora a constante alavancagem operacional da Companhia pelo crescimento de suas receitas, controle de despesas e gestão eficiente da carteira de clientes foram assertivas.

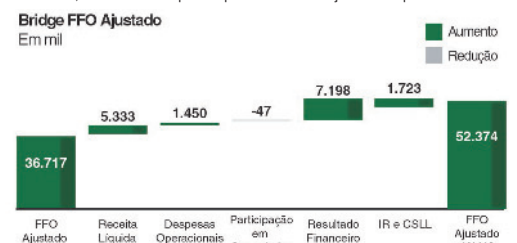


1.3 FFO (Funds From Operations) e FFO Ajustado

FFO e FFO Ajustado (em R\$ mil)	2018	2017	Var. % 2018 x 2017
(=) Lucro/Prejuízo Líquido	47.087	37.413	25,9%
(+) Depreciação	240	243	-1,2%
FFO	47.327	37.656	25,7%
Margem FFO	45,1%	37,8%	7,3p.p
(-) Operação não recorrente*	-	755	-100,0%
(-) Ajuste SPE Betim	268	-	0,0%
(+) ITBI - Venda terreno	836	-	0,0%
(-) Valor Justo de propriedade para investimento	(4.100)	(2.787)	47,1%
(-) IR e CS diferidos do Fair Value	1.245	(8.681)	-114,3%
(-) Valor Justo de propriedade para investimento nas subsidiárias	4.718	8.003	-41,0%
(+) Gastos Diretos IPO	-	1.771	-100,0%
(+) Venda cotas SJC **	2.080	-	0,0%
FFO Ajustado	52.374	36.717	42,6%
Margem FFO Ajustado	50,0%	36,9%	13,1p.p

* Refere-se a baixa de um projeto e receita na administração de obra para um locatário

O aumento do FFO Ajustado nos períodos em análise confirma a gestão eficiente da operação, como aumento da receita, controle das despesas operacionais e redução das despesas financeiras.



1.4 Lucro Líquido Ajustado

Lucro / Prejuízo Líquido Ajustado (em R\$ mil)	2018	2017	Var. % 2018 x 2017
Lucro/Prejuízo Líquido	47.087	37.413	25,9%
(-) Operação não recorrente *	-	755	-100,0%
(-) Ajuste SPE Betim	268	-	0,0%
(+) ITBI - Venda terreno	836	-	0,0%
(-) Fair Value**	1.863	(3.465)	-153,8%
(+) Vendas cotas SJC	2.080	-	0,0%
(+) Gastos Diretos IPO ***	-	1.771	-100,0%
Lucro Líquido Ajustado	52.134	36.474	42,9%
Margem Líquida Ajustada	49,7%	36,7%	14,7p.p

* Refere-se ao distrato de um projeto e receita na administração de obra para um locatário.
** Resultado de Fair Value na Holding, controladas e controladoras em conjunto. Inclui os efeitos dos impostos.

*** Refere-se ao efeito líquido dos gastos diretos com o IPO. O aumento do lucro líquido de 2017 para 2018 é explicado principalmente pela melhora da Receita Operacional, do resultado financeiro e da continuidade do crescimento da Companhia, focada no aumento de sua taxa de ocupação, na gestão de custo e no controle de suas despesas operacionais.

1.5 Dividendos

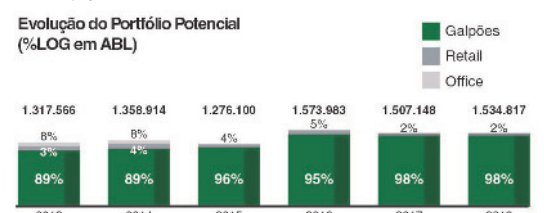
Conforme proposta da Administração da Companhia, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os dividendos do exercício de 2018 são como segue:

Dividendos Proposto (em R\$ mil)	2018
Lucro do exercício	43.486
Reserva legal - 5% do lucro de exercício	(2.174)
Lucro disponível para distribuição	41.312
Dividendos propostos - 25% do lucro disponível para distribuição	10.328
Dividendos porpostos por ação (Reais - R\$ por ação)	0,1492

2. Desempenho Operacional

Portfólio LOG

O portfólio potencial da LOG em 31 de dezembro de 2018 totalizava aproximadamente 1,5 milhão de m² de ABL, com projetos distribuídos em 26 cidades e 9 estados do território nacional.



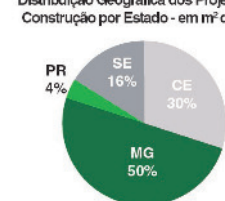
ABL Aprovado

Além dos 752 mil m² de ABL já entregues em dezembro/18, em janeiro/19 entregamos 16 mil m² de ABL totalizando assim 768 mil m² de ABL. A Companhia possui portfólio aprovado de projetos que não se encontram em operação ou em construção, totalizando, aproximadamente, 265 mil m² de ABL (% LOG), pulverizados nas regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste.

ABL em Construção

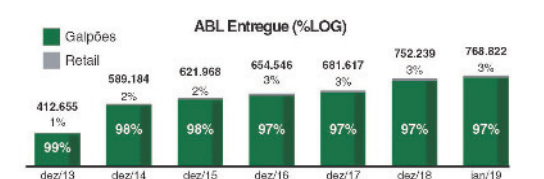
A LOG possui aproximadamente 130 mil m² de ABL (%LOG) em construção com previsão de entrada em operação de aproximadamente 81 mil m² de ABL no primeiro semestre de 2019 e os demais no segundo semestre de 2019, já estando com o 68% das novas entregas locado.

Distribuição Geográfica dos Projetos em Construção por Estado - em m² de ABL



ABL Entregue

Em 31 de dezembro de 2018, tínhamos 752 mil m² de ABL entregues, um crescimento de 10,4% em relação a 31 de dezembro de 2017, distribuídos em 19 cidades e 9 estados brasileiros.



A estratégia da Companhia desde a sua constituição é atuar de forma diversificada, mantendo presenças em mercados consolidados como Rio de Janeiro e São Paulo, e em mercados em desenvolvimento tais como as regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e outros estados do Sudeste onde há baixa concorrência, tanto para períodos de menor atividade econômica, como para os de maior crescimento.

Vacância Física - Portfólio Estabilizado

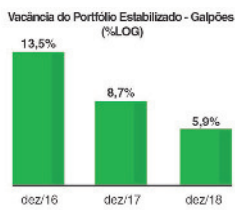
A vacância estabilizada, a qual considera o portfólio estabilizado de galpões, na qual são considerados somente os galpões com mais de 12 meses de operação ou aqueles que já atingiram mais de 90% de ocupação, o que ocorrer primeiro, atingiu 5,9% em dezembro de 2018. Dessa forma, acredita-se que essa nova métrica é um indicador mais assertivo do desempenho do portfólio operacional da Companhia, além de diferenciar de forma clara a eficiência dos ativos em operação e os novos empreendimentos da Companhia, especialmente no momento em que a Companhia passar por um ciclo de inauguração de novos empreendimentos.



LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

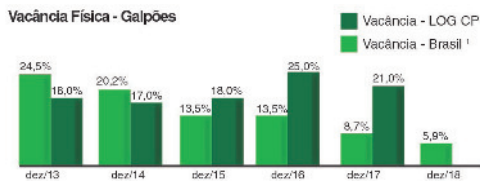
CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018



Vacância Física

A vacância física continua significativamente abaixo do mercado. Segundo dados da Colliers de setembro de 2018, a vacância do mercado de galpões brasileiros estava em 22%, o que demonstra a qualidade dos ativos e a estratégia de atuação da Companhia.



¹ Vacância divulgada pela Colliers.

Até a data da divulgação de resultados da LOG, a Colliers não havia publicado seu relatório de mercado base 4T18.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 - Valores expressos em milhares de reais - R\$

Ativo	Nota explicativa	Individual		Consolidado	
		31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	149.640	2.250	150.488	2.815
Títulos e valores mobiliários	3	-	208.447	1.997	209.591
Contas a receber	4	13.012	8.520	27.429	22.321
Impostos a recuperar		5.578	6.262	7.997	8.646
Despesas antecipadas		1.937	816	3.374	2.248
Outros		2.476	330	2.603	441
Total do ativo circulante		172.643	226.625	193.888	246.062
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	3	512	546	4.224	2.553
Instrumentos financeiros derivativos	17(a)	53	-	53	-
Contas a receber	4	6.494	3.013	18.017	13.662
Créditos com empresas ligadas	16	10.426	-	-	-
Despesas antecipadas		382	467	4.215	4.021
Impostos a recuperar		15.010	14.200	44.095	37.809
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	125.769	114.303	126.289	114.556
Outros		1.363	924	1.565	1.313
Total do ativo realizável a longo prazo		160.009	133.453	198.458	173.914
Investimento em controladas e controladas em conjunto	5	2.257.123	1.954.717	342.794	254.751
Propriedades para investimento	6	445.780	435.082	2.485.297	2.397.662
Imobilizado e intangível		2.376	1.321	2.460	1.414
Total do ativo não circulante		2.865.288	2.524.573	3.029.009	2.827.741
Total do ativo		3.037.931	2.751.198	3.222.897	3.073.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conselho de Administração (7 membros)

Integrado por 7 membros titulares, reúne-se ordinariamente a cada trimestre e extraordinariamente quando convocado por seu presidente ou por qualquer um de seus conselheiros. Os membros são eleitos em assembleia geral, com mandatos para um ano. Entre as principais atribuições do Conselho de Administração estão: políticas estratégicas e orientações gerais do negócio, deliberações relevantes, eleição de diretores e fiscalização da gestão. Atualmente, o conselho de Administração é composto por Rubens Menin Teixeira de Souza, Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez, Leonardo Guimarães Correa, Marcelo Martins Patrus, Ryan Hawley, Barry Sternlicht e Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa.

Diretoria Executiva (2 membros)

Os Diretores Executivos têm responsabilidades individuais – estabelecidas pelo Estatuto Social - acerca da rotina executiva da Companhia. São eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de um ano, podendo haver reeleição ou destituição antes do término do mandato. A remuneração dos administradores é determinada de acordo com os fatores (i) funções e (ii) responsabilidades e desempenho da gestão executiva para atingir o objetivo de aumentar o valor das ações da Companhia.

Estes diretores são: Sérgio Fischer Teixeira de Souza, Diretor Presidente, e Felipe Enck Gonçalves, Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores.

Comitês

O Conselho de Administração da LOG Commercial Properties instituiu cinco comitês internos de apoio. Os comitês possuem a finalidade de assessorar e propor soluções para aumentar a eficácia de suas decisões. Em reunião realizada em 04 de outubro de 2011, foram instituídos: Comitê de Investimentos, Comitê de Finanças, Comitê de Gestão e Assessoramento; e em 16 de dezembro de 2018, foram instituídos: Comitê de Auditoria, Comitê de Compliance.

Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimento é responsável pela definição da estratégia de expansão dos negócios e pela avaliação e aprovação das aquisições de terrenos. É composto por cinco conselheiros (Rubens Menin Teixeira de Souza, Marcelo Martins Patrus, Marcos Cabaleiro Fernandez, Ryan William Hawley, e Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa) e por um diretor executivo (Sérgio Fischer Teixeira de Souza).

Comitê de Finanças

O Comitê de Finanças é responsável pelas definições das estratégias financeiras, bem como acompanhamento do desempenho econômico e financeiro da Companhia. É formado por dois conselheiros (Leonardo Guimarães Correa, e Ryan Hawley) e por um diretor executivo (Felipe Enck Gonçalves).

Comitê de Assessoramento e Gestão

O Comitê de Assessoramento e Gestão é responsável pelo suporte na condução de processos estratégicos

relacionados a investimentos, aprovações de projetos e obtenção de licenças, construção e relacionamento com órgãos públicos. É composto por dois acionistas (Hudson Gonçalves Andrade e Homero Paiva Aguiar), por dois conselheiros (Rubens Menin Teixeira de Souza, e Marcos Cabaleiro Fernandez) e por um diretor executivo (Sérgio Fischer Teixeira de Souza).

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria avalia e monitora as exposições de risco da Companhia. Acompanha, exige e zela pelo fiel cumprimento: (i) das leis e normas aplicáveis aos negócios e atividades da LOG; (ii) do Código de Conduta; e (iii) das regras, regimentos, políticas e manuais internos. É composto por três conselheiros (Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa, Pierre Carvalho Magalhães, e Thiago da Costa e Silva Lott).

Comitê de Compliance

O Comitê de Compliance acompanha, exige e zela, em conjunto com o Comitê de Auditoria, pelo fiel cumprimento: (i) das leis e normas aplicáveis aos negócios e atividades da LOG; (ii) do Código de Conduta; e (iii) das regras, regimentos, políticas e manuais internos. É composto por dois diretores executivos (Sérgio Fischer Teixeira de Souza, e Felipe Enck Gonçalves), e por um diretor não estatutário (Márcio Vieira de Siqueira).

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03 informamos que os nossos auditores independentes – KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) - não prestaram no ano de 2018 serviços que não os relacionados à auditoria externa. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

A Administração da LOG agradece aos acionistas, aos clientes e fornecedores e às instituições financeiras pelo apoio e confiança. E aos seus colaboradores pela dedicação e empenho, responsáveis, em grande parte, pelos resultados até agora alcançados.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2019.
A Administração.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

MÉTODO INDIRETO - Valores expressos em milhares de reais - R\$

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota explicativa	Individual		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		43.486	37.411	47.087	37.413
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:					
Depreciação	14	233	236	240	243
Resultado de equivalência patrimonial	5	(49.438)	(34.620)	1.152	4.123
Amortização de despesas antecipadas		334	468	1.965	2.273
Provisão para risco de crédito	4	515	628	1.510	1.747
Resultado financeiro	15	21.785	21.834	38.812	48.722
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	1.071	-	1.071
Resultado da venda de parte de participação societária em controlada		1.202	-	1.202	-
Impostos diferidos		(11.466)	(22.930)	(5.772)	(16.629)
Varição do valor justo de propriedades para investimento	6	(3.217)	(1.842)	(7.275)	(5.473)
Opções de ações		534	228	534	228
		3.968	2.484	79.455	73.718
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(946)	578	(3.431)	(3.628)
Impostos a recuperar		1.402	(175)	2.104	324
Despesas antecipadas		(1.370)	4.081	(3.285)	1.937
Outros ativos		(2.812)	(779)	(2.641)	(263)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Salários, encargos sociais e benefícios		147	344	117	470
Impostos e contribuições a recolher		458	594	7.110	6.834
Outros passivos		(639)	375	273	2.424
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(6.148)	(5.645)
Recebimento pela venda de controlada		-	5.203	-	5.203
Dividendos recebidos de investidas	5	92.308	63.806	3.150	1.257
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		92.516	76.511	76.704	82.631
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento / aquisição de investimentos	5	(252.113)	(105.880)	(77)	(10.733)
Aumento em títulos e valores mobiliários		(377.994)	(314.938)	(445.841)	(339.586)
Redução em títulos e valores mobiliários		588.979	213.209	654.580	238.436
Adiantamentos a controladas	16 (d)	(9.579)	-	-	-
Recebimento por distrito de terreno		2.411	2.410	2.411	2.410
Adições / construção de propriedades para investimento		(17.416)	(4.445)	(175.423)	(50.597)
Outros		(1.061)	(4.334)	(1.060)	(4.301)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(66.773)	(213.978)	34.590	(164.371)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido		371.629	273.186	394.477	273.186
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures		(282.554)	(304.827)	(383.483)	(334.396)
Pagamento de juros		(57.304)	(74.835)	(73.088)	(100.773)
Aportes de acionistas	11 (a)	93.554	218.467	93.554	218.467
Pagamento de dividendos	11 (b)	(3.554)	(8.466)	(3.554)	(8.466)
Gasto com emissão de ações		-	(3.998)	-	(3.998)
(Pagamento) recebimento de derivativo		(124)	-	(124)	-
Aportes de acionistas não controladores		-	-	-	8.597
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		121.647	99.527	36.379	44.047
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		147.390	(37.940)	147.673	(37.693)
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		2.250	40.190	2.815	40.508
No fim do exercício	3	149.640	2.250	150.488	2.815
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		147.390	(37.940)	147.673	(37.693)

Fluxo de caixa das atividades de investimento	Nota explicativa	Individual		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Receitas					
Receita de alugueis	13	19.534	18.884	111.626	106.026
Outras receitas		93	200	1.079	787
Varição do valor justo de propriedades para investimento	6	3.217	1.842	7.275	5.473
Receitas relativas à construção de ativos próprios		51.364	55.572	175.571	104.714
Provisão para risco de crédito	4	(515)	(628)	(1.510)	(1.747)
		73.693	75.870	294.041	215.253
Insunhos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e COFINS)		(35.426)	(22.208)	(147.784)	(69.001)
Material, energia, serviços de terceiros e outros		(35.426)	(22.208)	(147.784)	(69.001)
Valor adicionado bruto		38.267	53.662	146.257	146.252
Depreciação	14	(233)	(236)	(240)	(243)
Valor adicionado líquido produzido		38.034	53.426	146.017	146.009
Valor adicionado recebido em transferência		-	-	12.354	156
Resultado de equivalência patrimonial	5	49.438	34.620	(1.152)	(4.123)
Receitas financeiras		7.266	10.128	7.300	10.920
		56.704	44.748	6.148	6.797
Valor adicionado total a distribuir		94.738	98.174	152.165	152.806
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal:		7.576	6.982	13.224	10.153
Remuneração direta		6.173	6.085	10.223	8.590
Benefícios		1.036	565	2.352	1.077
F.G.T.S		367	332	649	486
Impostos, taxas e contribuições:		(6.991)	(18.904)	13.072	(472)
Federais		(7.105)	(19.055)	12.875	(594)
Estaduais		8	9	10	28
Municipais		106	142	187	94
Remuneração de capitais de terceiros:		50.667	72.685	78.782	105.712
Juros		49.648	71.844	69.882	101.895
Alugueis		985	751	8.745	3.586
Arrendamento mercantil		10	65	20	81
Outros		24	25	135	150
Remuneração de capitais próprios:		43.486	37.411	47.087	37.413
Dividendos	11	10.328	3.554	10.328	3.554
Lucros retidos		33.158	33.857	33.158	33.857
Participação dos não controladores		-	-	3.601	2
Valor adicionado distribuído		94.738	98.174	152.165	152.806

Fluxo de caixa das atividades de investimento	Nota explicativa	Individual		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resultado de equivalência patrimonial	5	49.438	34.620	(1.152)	(4.123)
Receitas financeiras		7.266	10.128	7.300	10.920
		56.704	44.748	6.148	6.797
Valor adicionado total a distribuir		94.738	98.174	152.165	152.806
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal:		7.576	6.982	13.224	10.153
Remuneração direta		6.173	6.085	10.223	8.590
Benefícios		1.036	565	2.352	1.077
F.G.T.S		367	332	649	486
Impostos, taxas e contribuições:		(6.991)	(18.904)	13.072	(472)
Federais		(7.105)	(19.055)	12.875	(594)
Estaduais		8	9	10	28
Municipais		106	142	187	94
Remuneração de capitais de terceiros:		50.667	72.685	78.782	105.712
Juros		49.648			


DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 - Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucro		Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	Participações de acionistas não controladores		Total
	Subscrito	A integralizar	Gasto com emissão de ações	Opções outorgadas reconhecidas	Legal	Retenção de lucros						
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.003.820	-	-	1.961	18.630	750.433	-	(687)	1.774.157	127	1.774.284	
Aumento de capital	308.466	(90.000)	(2.639)	-	-	-	-	215.827	215.827	-	215.827	
Bônus de subscrição	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	
Aportes de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	27	
Constituição de reserva de opções de ações	-	-	-	228	-	-	-	228	228	-	228	
Efeito de mudança na participação relativa em controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	(4.274)	(4.274)	-	(4.274)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	37.411	37.411	37.411	2	37.413	
Destinação do lucro do exercício:												
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	1.871	-	-	(1.871)	-	-	-	
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(3.554)	(3.554)	-	(3.554)	
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	31.986	-	-	-	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.312.287	(90.000)	(2.639)	2.189	20.501	782.419	-	(4.961)	2.019.796	156	2.019.952	
Aumento de capital	3.554	90.000	-	-	-	-	-	93.554	93.554	-	93.554	
Aportes de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.597	8.597	
Opções de ações	-	-	-	534	-	-	-	-	-	534	534	
Efeito de mudança na participação relativa em controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	227	227	-	227	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	43.486	43.486	43.486	3.601	47.087	
Destinação do lucro do exercício:												
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	2.174	-	-	(2.174)	-	-	-	
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(10.328)	(10.328)	-	(10.328)	
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	30.984	(30.984)	-	-	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.315.841	-	(2.639)	2.723	22.675	813.403	-	(4.734)	2.147.269	12.354	2.159.623	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018. Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.
1. Contexto operacional

ALOG Commercial Properties e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. (B3), com sede na Avenida Professor Mário Werneck, nº 621, 10º andar, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.041.168/0001-10, constituída em 10 de junho de 2008, que tem por objetivo a: (i) administração de bens próprios; (ii) prestação de serviços de engenharia e de construção de imóveis residenciais e/ou comerciais; (iii) incorporação, construção, comercialização e locação de imóveis próprios ou de terceiros, residenciais e/ou comerciais; e (iv) participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista. Os empreendimentos são desenvolvidos pela LOG Commercial Properties e Participações S.A., suas controladas e controladas em conjunto ("Grupo") e têm como atividade principal a construção e locação (mediante arrendamento operacional) de galpões industriais, *shopping centers*, *strip malls* e o loteamento e venda de terrenos industriais. Os empreendimentos estão localizados nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará, Sergipe e Bahia. Vide relação e informações adicionais das controladas e controladas em conjunto na nota 5. Em 18 de agosto de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aumento de capital de R\$308 milhões, integralmente suportados pelos acionistas da Companhia naquela data. Tal aumento de capital, foi realizado em três parcelas, nos meses de agosto e outubro de 2017 e janeiro de 2018. Os recursos advindos desse aumento de capital foram alocados em pagamento de dívidas e desenvolvimento de projetos, visando aumentar o fluxo de caixa operacional da Companhia. Em 12 de dezembro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a incorporação da parcela cindida do acervo líquido da MRV Engenharia e Participações S.A. (MRV), que resultou na segregação das ações de propriedade da MRV emitidas pela Companhia, à razão de 0,07215075382 ação da Companhia para 1 ação da MRV, conforme laudo de avaliação. Em 17 de dezembro de 2018, a Companhia teve deferidos seus pedidos de conversão de registro de companhia aberta de categoria "B" para categoria "A" e de listagem e adesão ao segmento especial Novo Mercado da B3 S.A. (B3), passando a ser listada na sigla LOGG3, iniciando as negociações das suas ações no pregão do dia 21 de dezembro de 2018. Em 28 de dezembro de 2018, como parte das operações acima mencionadas, foi aprovado pelo Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$300 milhões, com a base acionária de 08 de janeiro de 2019, com prazo de direito de preferência, mediante a emissão privada de 13.636.364 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, com possibilidade de homologação parcial, desde que o montante subscrito atinja o valor mínimo de R\$ 100 milhões.

2. Apresentação das demonstrações financeiras, principais políticas contábeis e novos pronunciamentos

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras - I. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. As demonstrações financeiras individuais da Companhia não são consideradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade por considerarem a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas. Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros do Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). II. **Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo saldo de "caixa e equivalentes de caixa", "títulos e valores mobiliários", "instrumentos financeiros derivativos", "propriedades para investimento" e alguns financiamentos (contabilidade de *hedge*), mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. III. **Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. As controladas da Companhia incluídas na consolidação estão relacionadas na nota 5. É usado o método de consolidação integral, sendo os saldos dos ativos, passivos e resultados das controladas combinados com os correspondentes itens das demonstrações financeiras da Companhia, linha a linha, e eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo. **2.2 Principais políticas contábeis: (a) Contas a receber:** Representado substancialmente por aluguéis a receber de ativos locados, líquidos da provisão para risco de crédito. As contas a receber por aluguéis não são ajustadas a valor presente por apresentar substancialmente vencimentos de curto prazo e/ou não apresentar efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os saldos das contas a receber de longo prazo se referem ao efeito de linearização de receita, em conformidade com o item 81 do CPC 06 R2 - Operações de Arrendamento Mercantil (nota 2.2). (b) **Investimentos em controladas e controladas em conjunto:** Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas-bases e critérios contábeis dos balanços da Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas-bases e critérios contábeis dos balanços da Companhia. Os lucros e prejuízos resultantes das transações entre empresas do Grupo são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente na extensão das participações na investida que não sejam relacionadas ao Grupo. (c) **Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são mensuradas a valor justo, com mensuração de nível 3 (premissas descritas abaixo). Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo são reconhecidos no resultado do exercício no qual as mudanças ocorreram. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a avaliação pelo valor justo das propriedades para investimento foi realizada por avaliadores externos, com as qualificações requeridas e experiência recente na avaliação de propriedades em locais similares e foi mensurada conforme segue: • Terrenos: avaliação realizada pelo Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, mediante o qual o valor do terreno é obtido pela comparação direta com outros terrenos semelhantes situados na mesma região geoeconômica. • Empreendimentos em operação ou em estágio de construção: avaliação realizada mediante fluxo de caixa descontado para o período de dez anos, momento no qual se considera a saída do investimento (desinvestimento) por meio de uma venda hipotética da propriedade simulando o princípio da perpetuidade. As seguintes premissas foram consideradas: • As taxas de desconto utilizadas consideram as características dos imóveis em avaliação e oscilaram de 8,25% a 10,5% a.a. em 31 de dezembro de 2018 (8,5% a 10,5% a.a. em 31 de dezembro de 2017). • O desinvestimento foi calculado por meio da aplicação de taxas que oscilaram de 8,0% a 8,5% a.a. em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. • Foram projetadas despesas correspondentes a 1,0 aluguel em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, para remuneração do trabalho de consultor imobiliário responsável pela locação do imóvel. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foram utilizadas taxas de 1,5% e 2,0% do valor de venda residual de remuneração do trabalho de consultor imobiliário responsável pela venda do imóvel no final do horizonte. A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação, quando aplicável. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado. (d) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se existir uma obrigação legal ou não formalizada que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que recursos econômicos sejam exigidos para liquidar a obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. (e) **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos dos pagamentos e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo

apropriados ao resultado, no mesmo prazo de pagamento dos financiamentos que os originaram, com base na taxa efetiva de cada transação. O Grupo optou por apresentar os juros pagos relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures como atividades de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa, uma vez que representam custos dos recursos captados. Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, com exceção de alguns financiamentos, que se encontram mensurados ao valor justo por meio do resultado, uma vez que foram designados como itens protegidos, conforme a metodologia da contabilidade de *hedge*. (f) **Custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Em decorrência das atividades de financiamento serem coordenadas de forma centralizada na Companhia, os juros incorridos na referida empresa, referentes ao financiamento de ativos qualificáveis de suas investidas, são capitalizados e apresentados na rubrica de investimento (obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com os ativos qualificáveis). Nas demonstrações consolidadas, os valores referentes às controladas são reclassificados para o custo das propriedades para investimento qualificáveis financiadas. Devido ao fato das propriedades para investimentos serem mensuradas ao valor justo, os referidos custos são alocados ao resultado deduzindo-os do cálculo da equivalência patrimonial das investidas (demonstrações individuais) e do cálculo da variação do valor justo (demonstrações consolidadas). (g) **Plano de opções de compra de ações:** A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações, pelo qual recebe serviços de determinados colaboradores em contrapartida à instrumentos patrimoniais (opções de compra de ações). A Companhia reconhece os custos de remuneração no resultado pelo método linear durante o período de serviço requerido (*vesting period*), compreendido entre a data de outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção, com um correspondente aumento no patrimônio líquido. Os custos de remuneração são mensurados pelo valor justo na data de outorga das opções de compra de ações e foram estimados com base no modelo de valorização de opções denominado Black & Scholes, vide nota 11 (e). (h) **Tributação:** O imposto de renda, a contribuição social e os impostos sobre vendas, correntes e diferidos, são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente, quando aplicável. **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia e algumas controladas apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real. Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas e controladas em conjunto, em sua maioria, optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, cuja base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços de locação acrescido das receitas financeiras. Sobre o lucro tributável se aplica a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10%, para lucros superiores a R\$240 anuais para imposto de renda - e de 9% para a contribuição social. As empresas controladas e controladas em conjunto, que optaram pelo lucro presumido como regime de tributação, adotam como facultado pela legislação fiscal vigente, o regime de caixa para apuração do resultado de prestação de serviços de locação de imóveis comerciais e para tributação de receitas financeiras. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos em sua totalidade, conforme descrito no CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, sobre as diferenças entre ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores compreendidos nas demonstrações financeiras e são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for provável que lucros tributários futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado de forma a refletir o montante que se espera que seja recuperado. **Impostos sobre as receitas:** A receita é apresentada líquida de impostos sobre as vendas (PIS e COFINS). Para fins de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, a alíquota total é de 9,25% no lucro real (regime de não cumulatividade) e de 3,65% no lucro presumido. (i) **Apuração do resultado:** As receitas de aluguéis são reconhecidas pelo método linear durante o período de vigência dos contratos, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas estão sendo apresentadas líquidas dos impostos sobre as mesmas. As receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência. (j) **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros:** A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais (binômio fluxo de caixa contratual e modelo de negócios), conforme resumo demonstrado abaixo:

Categoria / mensuração	Condições para definição da categoria
Custo amortizado	Os ativos financeiros (AF) mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios (MN) da empresa.
A valor justo por meio de resultados abrangentes ("VJORA")	Não há definição específica quanto à manutenção dos AF para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou realizar a vendas dos AF no MN da empresa.
A valor justo por meio de resultado ("VJR")	Todos os outros ativos financeiros.

A seguir são demonstrados os principais ativos financeiros do Grupo, sendo a classificação destes ativos entre custo amortizado, VJR e VJORA apresentada na nota 17 (b): • Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, contas bancárias, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até noventa dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. • Títulos e valores mobiliários: Os saldos representam substancialmente aplicações em fundos restritos que incluem na sua carteira títulos públicos e privados (ambos pós fixados), com alta liquidez em mercados ativos. • Instrumentos financeiros derivativos: Instrumentos financeiros não especulativos, para proteção patrimonial, conforme descrito na nota 17 (a). • Contas a receber: Representado substancialmente por aluguéis a receber de ativos locados, conforme descrito no item 2.2 (a). • Créditos com empresas ligadas: Correspondem a valores a receber de controlada, conforme descrito em nota 16 (d). Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. O Grupo baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado. **Passivos financeiros:** São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos

financeiros do Grupo estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem os empréstimos, financiamentos e debêntures, com exceção de alguns financiamentos, que se encontram mensurados ao valor justo por meio do resultado, uma vez que foram designados como itens protegidos, conforme a metodologia da contabilidade de *hedge*. Os mencionados passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são extintas e canceladas, ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos não especulativos (*swaps*) para proteção da sua exposição à variação de índices ou taxas de juros decorrentes de certos empréstimos, financiamentos e debêntures ou com o objetivo de não ficar exposto à variação do valor justo de determinados instrumentos financeiros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos continuam a serem mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. Para se proteger da variação do valor justo de certas dívidas, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos e, para evitar o descausamento contábil na mensuração destes instrumentos, optou pela contabilidade de *hedge* (designações classificadas com *hedge* de valor justo). Desta forma, as variações dos valores justos dos instrumentos de *hedge* (derivativos) e dos itens protegidos (dívidas contratadas) são reconhecidas no resultado. No início da relação de *hedge*, a Companhia avalia se a relação de proteção se qualifica para a contabilização de *hedge*; caso positivo, documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item protegido. A avaliação sobre se a relação atende aos requisitos de efetividade de *hedge* é efetuada e documentada no início da relação de proteção, em cada data de relatório e eventualmente por ocasião de alteração significativa nas circunstâncias que afetam os requisitos de efetividade. São permitidos ajustes a relações de *hedge*, subsequentemente à designação, sem que seja considerado "descontínuo" da relação de *hedge* original. O Grupo descontinua a contabilidade de *hedge* somente quando a relação de *hedge* (ou parte dela) deixar de atender à critérios de qualificação. Isso inclui casos em que o instrumento de *hedge* expira, é vendido, rescindido ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente. **Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros:** O Grupo constitui provisão para perda de crédito para valores referentes às contas a receber mensalmente faturadas, decorrentes de ativos locados, mediante análise individualizada de clientes e incorpora nas contas a receber de linearização de receita uma perda esperada de crédito, estimada com base em percentuais de perdas históricas. O Grupo revisa periodicamente suas premissas para constituição da provisão para risco de crédito, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas. (k) **Ajuste a valor presente:** São ajustados a seu valor presente com base em taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros. O Grupo avalia periodicamente o efeito desse procedimento. (l) **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia, que impactam certos ativos e passivos, receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo de propriedades para investimento, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, impostos diferidos ativos, análise da redução ao valor recuperável de ativos e provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas aquele exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como exercícios futuros. (m) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Grupo. (n) **Demonstração do valor adicionado (DVA):** A Companhia elabora demonstrações do valor adicionado (DVA), Individual e Consolidado, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável para companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. (o) **Arrendamentos:** A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento é baseado na substância do contrato na data de início. Arrendamentos mercantis para os quais o Grupo, como arrendador, não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são creditados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. (p) **Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver, mais a quantidade de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado. (q) **Informações por segmento:** A Companhia apresenta um único segmento operacional representado por locações, o qual contempla galpões industriais e em menor escala *retail* (*shopping center* e *strip malls*) e *office*. **2.3 Adoção de novos pronunciamentos contábeis:** O Grupo adotou o CPC 48 / IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" a partir de 1º de janeiro de 2018. De acordo com análise da Administração, o efeito de mensuração para o Grupo decorrente desta nova adoção está relacionado ao conceito de redução ao valor recuperável das contas a receber decorrente da linearização de receita de clientes que, a partir de 1º de janeiro de 2018, passa a ser mensurada considerando expectativa histórica de perda do Grupo, sem causar efeitos relevantes / materiais nas demonstrações financeiras. Os efeitos de classificação decorrentes destas novas adoções são restritos ao CPC 48 / IFRS 9, sendo os novos critérios de classificação de ativos e passivos financeiros refletidos na nota 17(b). O Grupo analisou os impactos do CPC 47 / IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, e concluiu que não há efeitos relevantes, uma vez que as receitas de locação estão fora do escopo do referido pronunciamento. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor, mas não tiveram efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **2.4 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não adotados:** A norma e interpretação emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, são abaixo apresentadas. O Grupo irá adotá-las quando entrarem em vigência.

IFRS	CPC	Pronunciamento	Data de entrada em vigor
IFRS 16	CPC 06 (R2)	Arrendamentos	Períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2019
IFRIC 23	ICPC 22	Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda	

CPC 06 R2 (IFRS 16) - Arrendamentos: O Grupo irá adotar este pronunciamento a partir da entrada em vigência, 1º de janeiro de 2019. O Grupo avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 R2 (IFRS 16) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. O pronunciamento introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A



IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 R1 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4), SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. **Arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário:** Com base nas informações atualmente disponíveis, o Grupo estima que, em 1º de janeiro de 2019, reconhecerá ativo de direito de uso e passivo de arrendamento para seu arrendamento operacional do escritório sede, no valor total de R\$4.051. A natureza da despesa relacionada a aquele arrendamento mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativo de direito de uso e despesa de juros sobre a obrigação de arrendamento. O Grupo anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. Os impactos líquidos na demonstração do resultado não são considerados significativos para o Grupo. **Arrendamentos em que o Grupo é um arrendador:** Conforme descrito acima, o pronunciamento não trouxe alterações significativas para a contabilidade do arrendador, permanecendo semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O Grupo não possui contratos de arrendamentos nos quais é arrendador, classificando todos seus arrendamentos mercantis como operacionais, conforme descrito na nota 2.2 (c). **ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** O Grupo não espera haver impactos relevantes com a doação da referida interpretação. Outras normas alteradas e interpretações entrarão em vigor em 2019, mas não deverão ter impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários
A composição é como segue:

Caixa e equivalentes de caixa:	Individual		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Caixa	8	13	14	18
Bancos - conta movimento	43	65	701	622
Aplicações financeiras:				
Certificados de depósitos bancários (CDB)	134.490	2.172	134.674	2.173
Fundo de investimento não restrito	15.099	-	15.099	-
Compromissadas com lastro em debêntures (i)	-	-	-	2
Total de caixa e equivalentes de caixa	149.640	2.250	150.488	2.815

Títulos e valores mobiliários:	Individual		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Fundo de investimento restrito (ii)	-	98.206	1.997	99.007
Fundo de investimento não restrito (iii)	512	110.787	3.836	112.794
Compromissadas com lastro em debêntures (i)	-	-	-	204
Certificados de depósitos bancários (CDB) (iv)	-	-	388	139
Total de títulos e valores mobiliários	512	208.993	6.221	212.144
Circulante	-	208.447	1.997	209.591
Não circulante	512	546	4.224	2.553
	512	208.993	6.221	212.144

(i) As aplicações em compromissadas com lastro em debêntures têm a recompra diária garantida pelo emissor, permitindo seu resgate imediato, conforme a necessidade do Grupo e têm rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O saldo classificado em títulos e valores mobiliários refere-se a bloqueios em garantia prestado pelo Grupo a empréstimos contratados. (ii) O Grupo possui fundo de investimento restrito, administrado por instituição bancária de primeira linha, responsável pela custódia dos ativos e liquidação financeira de suas operações. O fundo constituído tem como objetivo acompanhar a variação do CDI e possui aplicações em títulos públicos, de outras instituições financeiras e em fundos de investimentos abertos, que, por sua vez, aplicam principalmente em títulos de renda fixa. (iii) As cotas de fundos de investimentos não restritos se referem ao montante disponível de fundos dados em garantia a empréstimos de Plano Empresário de empréstimos, capital de giro e debêntures. (iv) Aplicações em CDB mantidos como garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures, infraestrutura de obras e outros. As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários incluem rendimentos auferidos de 100,54% do CDI no Individual e 100,51% do CDI no Consolidado em 31 de dezembro de 2018 (98,61% do CDI no Individual e 98,72% do CDI no Consolidado em 31 de dezembro de 2017) e são ajustados ao valor justo, quando aplicável. A composição da carteira do fundo de investimento restrito, na proporção das cotas detidas pela Companhia e controladas, é demonstrada conforme segue:

	Individual		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Certificados de depósitos bancários (CDB)	-	4.069	104	4.101
Operações compromissadas	-	1.730	18	1.744
Cotas de fundos não exclusivos	-	77.641	1.769	78.275
Debêntures	-	1.096	23	1.105
Letras financeiras	-	13.670	83	13.782
Total	-	98.206	1.997	99.007

4. Contas a receber

A composição das contas a receber é como segue:

	Individual		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Locação	8.328	8.541	38.820	36.145
Venda parcial de participação societária (nota 5 (a))	9.037	-	9.037	-
Distrato de terreno (nota 16 (g))	-	2.411	-	2.411
Outros	3.291	1.216	3.915	2.243
Provisão para risco de crédito	(20.656)	(12.168)	(51.772)	(40.799)
Total	(1.150)	(635)	(6.326)	(4.816)
Circulante	13.012	8.520	27.429	22.321
Não circulante	6.494	3.013	18.017	13.662
Total	19.506	11.533	45.446	35.983

A locação refere-se a aluguéis de galpões industriais e *strip malls* firmados mediante arrendamento operacional, sujeitos à Lei 8.245/91 ("Lei de Locação") que inclui, dentre outros, procedimentos relativos a cancelamento dos contratos de locação e respectivas multas rescisórias, que são acordadas comercialmente com cada locatário. Os contratos são reajustados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) ou do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A venda parcial de participação societária refere-se ao valor a receber pela venda de participação na MRV LOG MDI SJC I Incorporações SPE Ltda. ("LOG SJC") para a MRV MRL CAMP NOU Incorporações e Participações Ltda., empresa controlada pela MRV Engenharia e Participações S.A., conforme nota 5 (a). O distrato de terreno refere-se ao valor a receber pelo distrato de contrato de compra e venda de terreno adquirido da MDI Desenvolvimento Imobiliário Ltda., conforme nota 16 (h). Segue abaixo o escalonamento do vencimento das contas a receber:

	Individual		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
A vencer:				
Até 12 meses	12.224	8.058	25.598	20.760
De 13 a 24 meses	6.494	3.013	18.017	13.662
	18.718	11.071	43.615	34.422
Vencido:				
Até 30 dias	123	30	397	192
De 31 a 90 dias	471	136	705	161
Acima de 90 dias	1.344	931	7.055	6.024
	1.938	1.097	8.157	6.377
Total	20.656	12.168	51.772	40.799

Segue abaixo a movimentação da provisão para risco de crédito para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Individual		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Saldo inicial	(635)	(85)	(4.816)	(3.147)
Constituição	(515)	(628)	(1.510)	(1.747)
Baixa	-	78	-	78
Saldo final	(1.150)	(635)	(6.326)	(4.816)

Os recebimentos mínimos futuros garantidos contratualmente, escalonados por vencimento, são como segue:

	Individual		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
1 ano	21.905	21.732	114.126	104.633
2 anos	17.347	16.203	98.855	83.892
3 anos	9.783	9.938	69.675	56.431
4 anos	6.719	7.709	60.436	37.181
5 anos	4.465	6.451	50.561	28.279
Após 5 anos	17.685	21.263	207.552	92.576
Total	77.904	83.296	601.205	402.992

5. Investimento em controladas e controladas em conjunto

Refere-se às participações em controladas e controladas em conjunto, representadas essencialmente por sociedades de propósito específico, conforme segue:

Empreendimento	Início da operação	Localização
Controladas em conjunto - Em operação:		
Cabral Investimentos SPE Ltda. ("Cabral")	11/13	Contagem/MG
Parque Torino Imóveis S.A. ("Torino")	04/15	Betim/MG
Betim I Incorporações SPE Ltda. ("Loteamento Betim")	03/18	Betim/MG
Controlada em conjunto - Em fase pré-operacional:		
MRV LOG MDI SJC I Incorporações SPE Ltda. ("LOG SJC")	-	São José dos Campos/SP
Controladas - Em operação:		
Contagem I SPE Ltda. ("LOG I")	02/09	Contagem/MG
Contagem II Incorporações SPE Ltda. ("LOG II")	03/11	Contagem/MG
Jundiá Incorporações SPE Ltda. ("LOG Jundiá")	04/11	Jundiá/SP
Goiania I Incorporações Imobiliárias SPE Ltda. ("LOG Goiania")	04/12	Goiania/GO
Hortolândia Incorporações SPE Ltda. ("LOG Hortolândia")	09/12	Hortolândia/SP
LOG São José dos Pinhais I SPE Ltda. ("LOG SJP")	04/13	São José dos Pinhais/PR
LOG Juiz de Fora I SPE Ltda. ("LOG Juiz de Fora")	06/13	Juiz de Fora/MG
LOG Feira de Santana I SPE Ltda. ("LOG Feira de Santana")	06/13	Feira de Santana/BA
LOG Maracaná I SPE Ltda. ("LOG Fortaleza")	08/13	Maracaná/CE
LOG Via Expressa SPE Ltda. ("LOG Via Expressa")	11/13	Betim/MG
LOG Viana I SPE Ltda. ("LOG Viana")	04/14	Viana/ES
LOGCP Londrina I SPE Ltda. ("LOG Londrina")	06/14	Londrina/PR
LOG Itaitiaia SPE Ltda. ("LOG Itaitiaia")	07/14	Itaitiaia/RJ
LOG Rio SPE Ltda. ("LOG Rio")	02/17	Campo Grande/RJ
LOG Aracaju SPE Ltda. ("LOG Aracaju")	10/18	Nossa Senhora do Socorro/SE
Controladas - Em fase pré-operacional:		
LOG Sumaré Deltalgi I SPE Ltda. ("LOG Sumaré")	-	Sumaré/SP
LOG SJRP I Incorporações SPE Ltda. ("LOG SJRP")	-	São José do Rio Preto/SP
LOG Macaé I SPE Ltda. ("LOG Macaé")	-	Macaé/RJ
LOG RP I SPE Ltda. ("LOG RP")	-	Ribeirão Preto/SP
LOG Curitiba I SPE Ltda. ("LOG Curitiba")	-	Curitiba/PR
LOG Uberaba SPE Ltda. ("LOG Uberaba")	-	Uberaba/MG
LDI LOG Desenvolvimento Imobiliário Ltda. ("LDI")	-	Belo Horizonte/MG
LE Empreendimentos e Participações S.A. ("LE Empreendimentos")	-	Belo Horizonte/MG
LOG BTS Extrema Empreendimentos Imobiliários S.A. ("LOG BTS")	-	Extrema/MG

a) As principais informações de cada investimento estão resumidas a seguir:

	Informações das Investidas		Informações da Companhia	
	Capital social	Participação no capital social	Capital social	Participação no capital social
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
	Valor	Número de quotas/ações	Porcentual contratual	Porcentual contratual
Controladas em conjunto:				
Cabral	39.247	78.494.000	39.247.000	50,00%
Torino	138.487	318.600	127.440	40,00%
Loteamento Betim	47.124	84.325.968	42.162.984	50,00%
LOG SJC (a)	94.070	105.273.433	93.893.375	89,19%
Controladas:				
LOG I	76.670	61.460.917	61.455.917	99,99%
LOG II	23.096	20.353.954	20.352.154	99,99%
LOG Jundiá	49.481	35.874.919	35.873.675	99,99%
LOG Goiania	129.621	46.930.180	46.930.170	99,99%
LOG Hortolândia	78.941	13.000.000	12.999.999	100,00%
LOG SJP	36.849	23.351.000	23.350.999	100,00%
LOG Juiz de Fora	52.237	10.000	9.999	99,99%
LOG Feira de Santana	21.558	19.041.000	19.040.999	99,99%
LOG Fortaleza	128.380	34.037.979	34.037.978	99,99%
LOG Via Expressa	85.471	47.000.000	46.999.999	99,99%
LOG Viana	167.839	10.000	9.999	99,99%
LOG Londrina	76.044	10.000	9.999	99,99%
LOG Itaitiaia	38.807	27.410.838	27.410.837	99,99%
LOG Rio	88.813	10.000	9.999	99,99%
LOG Aracaju	48.569	10.000	9.999	99,99%
LOG Sumaré	712	10.000	9.999	99,99%
LOG SJRP	10.155	10.000	9.999	99,99%
LOG Macaé	14.651	10.000	9.999	99,99%
LOG RP	22.277	10.000	9.999	99,99%
LOG Curitiba	27.385	10.000	9.999	99,99%
LOG Uberaba	5.993	10.000	9.900	99,00%
LDI	4.744	24.690.048	24.689.948	100,00%
LE Empreendimentos	1.271	10.000	9.900	99,00%
LOG BTS	70.584	131.764.706	120.564.706	91,50%

	Informações das investidas		Resultado do exercício		Resultado de equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
	31/12/18	31/12/17	2018	2017	31/12/18	31/12/17
Controladas em conjunto:						
Cabral	108.681	112.248	2.582	(3.745)	53.700	55.483
Torino	341.623	346.218	(4.594)	(7.185)	136.675	138.513
Loteamento Betim	95.228	94.052	1.177	(10)	47.614	47.026
LOG SJC (a)	102.818	-	(464)	-	91.704	-
Juros capitalizados (b)	-	-	-	-	13.101	13.729
Outros	-	-	-	-	-	(227)
Total das controladas em conjunto - Consolidado	648.350	552.518	(1.299)	(10.940)	342.794	254.751
Controladas:						
LOG I	182.708	186.649	4.434	21.892	182.690	186.630
LOG II	46.014	44.997	2.479	2.027	46.009	44.993
LOG Jundiá	83.970	80.767	6.303	9.720	83.962	80.759
LOG Goiania	180.554	147.963	5.917	1.360	180.373	147.815
LOG Hortolândia	144.426	142.680	7.896	16.564	144.426	142.680
LOG SJP	46.045	38.280	(1.639)	3.277	46.045	38.280
LOG Juiz de Fora	81.498	71.368	8.675	1.686	81.490	71.361
LOG Feira de Santana	29.840	29.802	(2.425)	690	29.837	29.799
LOG Fortaleza	183.690	135.195	5.747	(13.446)	183.672	135.181
LOG Via Expressa	115.242	110.348	944	2.579	110.337	944
LOG Viana	173.997	137.533	12.618	8.966	173.980	137.519
LOG Londrina	90.785	87.508	(4.456)	4.381	90.776	87.499
LOG Itaitiaia	42.953	42.063	685	3.089	42.949	42.059
LOG Rio	146.226	129.923	9.623	7.892	146.211	129.910
LOG Aracaju	57.186	28.623	(4.249)	5.952	57.180	28.620
LOG SJC (a)	-	103.196	(23)	(2.204)	-	103.196
LOG Sumaré	6	7	(1)	-	6	7
LOG SJRP	24.076	23.508	384	606	24.074	23.506
LOG Macaé	40.482	41.877	(1.599)	1.579	40.478	41.873
LOG RP	51.125	51.919	(1.322)	(2.177)	51.120	51.914
LOG Curitiba	50.603	53.668	(3.319)	9.934	50.598	53.663
LOG Uberaba	12.042	12.135	(145)	1.571	11.922	1



Os efeitos da variação do valor justo das propriedades para investimento (PPI), líquidos de PIS/COFINS diferidos, no resultado é conforme segue:

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Varição do valor justo de PPI	3.217	1.842	7.275	5.473
PIS/COFINS diferido	-	-	(3.175)	(2.686)
Varição do valor justo de PPI no resultado	3.217	1.842	4.100	2.787

Em 31 de dezembro de 2018, do total de propriedades para investimento, R\$2.157.322 foram dados em garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures firmados pela Companhia e suas controladas (R\$2.087.150 em 31 de dezembro de 2017).

7. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) **Empréstimos e financiamentos:** A posição dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

Modalidade	Vencimento do principal	Taxa efetiva a.a. (a)	31/12/18		31/12/17	
			Circulante	Não circulante	Total	Total
Individual:						
Capital de giro	03/24	CDI + 2,10%	12.968	58.702	71.670	-
Capital de giro	04/18	CDI + 2,51%	-	-	-	25.109
Financiamento à construção	12/13 a 10/24	CDI + 1,92%	5.909	26.707	32.616	36.865
Financiamento à construção	12/13 a 11/23	TR + 9,42%	3.491	13.224	16.715	19.308
Financiamento à construção	12/13 a 11/23	TR + 9,43%	1.729	6.552	8.281	9.565
Financiamento à construção (b)	07/14 a 06/22	TR + 11,33%	-	-	-	17.784
Financiamento à construção (b)	08/14 a 07/22	TR + 11,32%	-	-	-	10.283
Financiamento à construção (b)	04/15 a 09/22	TR + 11,07%	-	-	-	13.016
Financiamento à construção	10/15 a 09/25	TR + 9,45%	603	3.217	3.820	4.212
Financiamento à construção	03/15 a 07/23	TR + 9,62%	1.464	5.099	6.563	7.996
Financiamento à construção	09/16 a 08/26	TR + 9,58%	475	2.933	3.408	3.699
Financiamento à construção (b)	09/16 a 08/26	TR + 10,04%	-	-	-	8.025
(-) Custo de captação			(457)	(1.900)	(2.357)	(2.032)
Total do Individual			26.182	114.534	140.716	153.630
Controladas:						
Financiamento à construção	12/13 a 11/23	TR + 9,37%	1.852	7.013	8.865	10.240
Financiamento à construção (b)	02/14 a 01/22	TR + 11,62%	-	-	-	12.482
Financiamento à construção (b)	08/14 a 07/22	TR + 11,05%	-	-	-	6.409
Financiamento à construção (b)	11/14 a 10/22	TR + 10,74%	-	-	-	3.585
Financiamento à construção	02/15 a 01/25	TR + 9,45%	1.908	9.299	11.207	12.513
Financiamento à construção	04/15 a 03/25	TR + 9,48%	1.628	8.185	9.813	10.913
Financiamento à construção	02/15 a 01/25	TR + 9,99%	2.702	13.167	15.869	17.717
Financiamento à construção	04/15 a 03/25	TR + 9,56%	3.542	17.779	21.321	23.718
Financiamento à construção (b)	04/15 a 03/25	TR + 10,00%	-	-	-	10.533
Financiamento à construção	04/15 a 03/25	TR + 10,02%	1.840	9.235	11.075	12.321
Financiamento à construção	10/15 a 09/25	TR + 9,59%	2.808	14.976	17.784	19.610
Financiamento à construção	08/14 a 07/25	TR + 9,78%	2.431	12.561	14.992	16.583
Financiamento à construção (b)	01/15 a 12/22	TR + 10,14%	-	-	-	15.766
Financiamento à construção (b)	05/15 a 04/23	TR + 10,05%	-	-	-	10.459
Financiamento à construção (b)	08/15 a 07/23	TR + 10,07%	-	-	-	7.441
Financiamento à construção (b)	01/15 a 04/23	TR + 9,59%	-	-	-	17.748
Financiamento à construção	01/15 a 04/23	TR + 9,61%	2.058	6.693	8.751	10.770
Financiamento à construção	04/16 a 03/26	TR + 9,54%	3.295	19.047	22.342	24.392
Financiamento à construção	02/16 a 01/26	TR + 9,75%	1.010	5.699	6.709	7.352
Financiamento à construção (c)	03/19 a 09/28	TR + 10,87%	2.215	21.601	23.816	-
(-) Custo de captação			(451)	(2.282)	(2.733)	(3.450)
Total das controladas			26.838	142.973	169.811	247.102
Total do Consolidado			53.020	257.507	310.527	400.932

(a) Considera o custo contratual da dívida, mais outros custos de captação e manutenção da dívida.

(b) Financiamentos quitados antecipadamente em 2018.

(c) Mensurada ao valor justo por meio de resultado, conforme metodologia de contabilidade de hedge.

Segue abaixo o escalonamento do vencimento dos empréstimos e financiamentos:

Período após a data do balanço:	Individual		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
1 ano	26.182	48.468	53.020	89.817
2 anos	25.793	22.234	51.742	61.205
3 anos	26.022	22.284	51.942	61.333
4 anos	27.438	22.339	53.365	61.413
Após 4 anos	35.281	38.505	100.458	127.164
Total	140.716	153.830	310.527	400.932

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Modalidade	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de encargos	Taxa contratual (a.a.)	Valor captado (*)
Saldo inicial					419.470
Captações	04/18	Mensal	Mensal	CDI + 1,95%	80.000
Encargos financeiros provisionados					13.785
Custo de captação de recursos					(1.492)
Amortização do custo de captação de recursos					1.164
Pagamento de principal					(92.269)
Pagamento de encargos financeiros					(14.302)
Saldo final					140.716

A captação dos recursos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Modalidade	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de encargos	Taxa contratual (a.a.)	Valor captado (*)
Capital de giro	04/18	Mensal	Mensal	CDI + 1,95%	80.000
Total Individual					80.000
Financiamento à construção	09/18	Mensal	Mensal	TR + 10,00%	23.694
Total Consolidado					103.694

(*) Não considera os custos de captação.

b) **Debêntures:** A posição das debêntures em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

Emissão	Principal - vencimento	Taxa efetiva a.a. (*)	Individual e Consolidado		31/12/17
			Circulante	Não circulante	
3ª emissão	06/14 a 12/22	CDI + 2,04%	9.833	56.571	66.404
4ª emissão	08/16 a 02/19	CDI + 1,90%	-	-	67.048
6ª emissão	12/15 a 12/19	CDI + 2,21%	-	-	70.289
8ª emissão	11/17 a 08/21	119% CDI + 0,29%	402	36.000	36.402
9ª emissão	Até 01/18	CDI + 2,36%	-	-	31.212
10ª emissão	12/20 a 12/23	CDI + 1,77%	558	100.000	100.558
11ª emissão	12/18 a 12/21	CDI + 2,23%	14.827	29.143	43.970
12ª emissão	01/18 a 12/27	CDI + 2,42%	10.090	80.001	90.091
13ª emissão	06/21	108% CDI + 0,87%	216	81.000	81.216
14ª emissão	11/21 a 11/23	117% CDI + 0,26%	1.258	150.000	151.258
15ª emissão	01/19 a 12/28	CDI + 1,71%	7.189	63.000	70.189
(-) Custo de captação			(2.502)	(7.800)	(10.302)
Total			41.871	587.915	629.786

(*) Considera o custo contratual da dívida, mais outros custos de captação e manutenção da dívida.

Em 05 de fevereiro de 2018, a Companhia quitou antecipadamente a 6ª emissão de debêntures, no montante de R\$70.894. Em 31 de agosto de 2018, o vencimento da 8ª emissão de debêntures foi prorrogado de dezembro de 2019 para agosto de 2021. Adicionalmente, os juros e os pagamentos de principal passaram a ter vencimentos trimestrais iniciados em fevereiro de 2019 e de 2020, respectivamente (anteriormente os juros e os pagamentos de principal apresentavam vencimentos semestrais, tendo iniciado em maio de 2016 e novembro de 2017, respectivamente). Em 19 de novembro de 2018, a Companhia quitou antecipadamente a 4ª emissão de debêntures, no montante de R\$35.623. Em 31 de dezembro de 2018, as debêntures eram simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e tinham as seguintes características:

Emissão	Espécie	Valor captado	Captação	Taxa contratual (a.a.)	Juros - vencimento 1ª parcela	Pagamento de encargos	Pagamento de principal
3ª	Garantia real	100.000	06/13	CDI + 1,90%	12/13	Semestral	Semestral
4ª	Quirografária (*)	100.000	02/14	CDI + 1,85%	08/14	Semestral	Semestral
8ª	Quirografária (*)	60.000	12/15	119% CDI	05/16	Trimestral	Trimestral
10ª	Quirografária	100.000	12/17	CDI + 1,60%	06/18	Semestral	Semestral
11ª	Quirografária	51.000	12/17	CDI + 2,00%	06/18	Semestral	Semestral
12ª	Quirografária	100.000	12/17	CDI + 2,25%	01/18	Mensal	Mensal
13ª	Quirografária (*) (**)	81.228	07/18	108% CDI	12/18	Semestral	Parcela única
14ª	Quirografária	150.000	11/18	117% CDI	05/19	Semestral	Semestral
15ª	Quirografária	70.000	12/18	CDI + 1,35%	01/19	Mensal	Mensal

(*) Apresenta garantia adicional representada por hipoteca e alienação fiduciária.

(**) Contempla R\$228 referente a reajuste por atraso de recebimento.

Segue abaixo o escalonamento do vencimento das debêntures:

Período após data de balanço	Individual e Consolidado									
	31/12/18		31/12/17		31/12/18		31/12/17		31/12/17	
Amortização:										
1 ano	9.833	402	558	14.827	10.090	216	1.258	7.189	44.373	130.988
2 anos	18.857	20.571	14.286	14.571	10.000	-	-	7.000	85.285	138.000
3 anos	18.857	15.429	28.571	14.572	10.000	81.000	30.000	7.000	205.429	57.714
4 anos	18.857	-	28.571	-	10.000	-	60.000	7.000	124.428	72.000
Após 4 anos	-	-	28.572	-	50.001	-	60.000	42.000	180.573	136.000
Total	66.404	36.402	100.558	43.970	90.091	81.216	151.258	70.189	640.088	534.702
Gastos:										
1 ano	(290)	(157)	(405)	(166)	(196)	(680)	(387)	(221)	(2.502)	(1.861)
2 anos	(291)	(144)	(373)	(152)	(180)	(628)	(355)	(181)	(2.304)	(1.567)
3 anos	(291)	(105)	(407)	(180)	(196)	(403)	(389)	(179)	(2.150)	(501)
4 anos	(291)	-	(407)	-	(196)	-	(273)	(157)	(1.324)	(325)
Após 4 anos	-	-	(443)	-	(1.004)	-	(117)	(458)	(2.022)	(1.346)
Total	(1.163)	(406)	(2.035)	(498)	(1.772)	(1.711)	(1.521)	(1.196)	(10.302)	(5.600)
Total líquido	65.241	35.996	98.523	43.472	88.319	79.505	149.737	68.993	629.786	529.102

A movimentação das debêntures é como segue:

Modalidade	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de encargos	Taxa contratual (a.a.)	Valor captado (*)
Saldo inicial					569.614
Captações					301.228
Encargos financeiros provisionados					37.444
Custo na captação de recursos					(8.107)
Amortização do custo na captação de recursos					3.406
Pagamento de principal					(190.285)
Pagamento de encargos financeiros					(43.002)
Saldo final					629.786

As captações de debêntures durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Modalidade	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de encargos	Taxa contratual (a.a.)	Valor captado (*)
Individual e Consolidado:					
13ª emissão	07/18	Parcela única	Semestral	108% CDI	81.228
14ª emissão	11/18	Parcela única	Semestral	117% CDI	150.000
15ª emissão	12/18	Parcela única	Semestral	CDI + 1,35%	70.000
Total					301.228

(*) Não considera os custos de captação.

c) **Garantias:** Os tipos de garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

Real / direitos creditórios	Consolidado			Total
	Capital de giro	Financiamento à construção	Debêntures	
	71.670	243.947	640.088	955.705 (*)

(*) Valor de empréstimos, financiamentos e debêntures não considerados os custos de captação.

As garantias reais são representadas pelos terrenos, benfeitorias e imóveis dos respectivos projetos financiados (ver nota 6) e ações da controlada em conjunto Parque Torino Imóveis S.A. Os direitos creditórios são representados pelo fluxo de recebimento futuro dos empreendimentos financiados, dados em garantia no eventual inadimplemento junto às instituições financeiras.

d) **Alocação dos encargos**



cálculo da equivalência patrimonial das investidas (demonstrações individuais). Neste processo, é reconhecido ativo fiscal diferido, tendo em vista que estes valores serão dedutíveis fiscalmente quando da realização dos respectivos investimentos. Os saldos dos impostos diferidos reclassificados são relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e foram feitos individualmente por entidade, possuem a mesma natureza e serão realizados simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2018, a estimativa de realização dos impostos diferidos ativos, mediante projeção de geração de lucro tributável futuro, elaborada pela Administração da Companhia, é como segue:

	IRPJ e CSLL	
	Individual	Consolidado
Expectativa de realização:		
2019	3.361	4.380
2020	4.148	5.155
2021	6.105	6.288
2022	9.123	9.346
2023	10.479	10.891
2024 a 2026	40.773	41.498
2027 a 2028	51.780	48.731
Total	125.769	126.289

A projeção acima mencionada está baseada em projetos que atualmente já se encontram em operação, na construção e na entrada em operação de novos galpões e em projetos que se encontram em fase pré-operacional no portfólio da Companhia. A receita projetada advinda da locação dos referidos ativos contribui para a geração de lucro tributável compatível à realização dos impostos diferidos ativos referentes a prejuízo fiscal e base negativa. A realização dos diferidos ativos oriundos da diferença temporária referente aos juros capitalizados considera o mesmo período de dedutibilidade fiscal aplicável aos custos históricos das respectivas propriedades para investimento, e, no decurso ano, é considerada a realização integral no presuposto de venda dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo passivo de PIS/COFINS diferido refere-se a efeito tributário sobre: (i) maior valor do justo sobre propriedades para investimento; e (ii) aluguéis a receber para o saldo remanescente. A movimentação do IRPJ e CSLL ativo e passivo diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	158.129	(43.826)	114.303	90.014
"Reclassificação de controlada para controlada em conjunto (*)"	-	-	-	-
Efeito do IRPJ e CSLL diferidos no:				
Patrimônio líquido	-	-	1.359	-
Resultado do exercício	16.694	(5.228)	11.466	22.930
Saldo final	174.823	(49.054)	125.769	114.303
(*) Nota 5 (a).				
10. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis				
Saldo inicial	618	495	823	495
Adições e atualização	184	345	2.191	1.096
Pagamento	(89)	(138)	(258)	(469)
Reversão	(12)	(84)	(658)	(299)
Transferência (*)	(276)	-	-	-
Saldo final	425	618	2.098	823

(*) Causas reconhecidas inicialmente na Companhia e transferidas para controladas. Os processos julgados com probabilidade de perda possível pelos consultores jurídicos montam em R\$332 no Individual e R\$6.450 no Consolidado em 31 de dezembro de 2018 (R\$410 no Individual e R\$2.855 no Consolidado em 31 de dezembro de 2017).

11. Patrimônio líquido

(a) Ações ordinárias e capital social

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Capital subscrito	1.315.841	1.312.287	1.315.841	1.312.287
Capital a integralizar	-	(90.000)	-	(90.000)
Capital social	1.315.841	1.222.287	1.315.841	1.222.287

Ações subscritas e não integralizadas (ações ordinárias, sem valor nominal - mil)

Capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de R\$2.500.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) e R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), respectivamente, representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os detentores das ações têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de novas ações ou transferência parcial / total a terceiros, que pode ser exercido no prazo legal de até trinta dias. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Assembleia Geral de Acionistas (AG) e o Conselho de Administração (CA), aprovaram os seguintes aumentos de capital, conforme segue:

Data da aprovação	Descrição	Total de ações em circulação após a emissão (mil)		Preço unitário R\$	Valor total do aumento de capital R\$ mil	Valor do capital após aumento de capital R\$ mil	Ágio na emissão de ações R\$ mil
		2018	2017				
13/07/2018	Emissão de novas ações	162	69.230	22,00	3.554	1.315.841	-

Exercício de 2017:

18/08/2017	Emissão de novas ações	14.021	64.872	22,00	308.466	1.312.286	-
26/09/2017	Emissão de novas ações	4.196	69.068	-	1	1.312.287	-

O aumento de capital de R\$308.466, referente à emissão de 14.021.186 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, foi realizado pelos acionistas da Companhia à época do aumento e integralizado em três parcelas, sendo a primeira no valor de R\$113.466, efetuada em 18 de agosto de 2017, mesma data de realização da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a matéria; a segunda no valor de R\$105.000, efetuada em 18 de outubro de 2017 e a última no valor de R\$90.000 em janeiro de 2018. Os recursos obtidos com o aumento de capital foram destinados à amortização de dívidas e novos investimentos na construção e expansão de ativos já detidos pela Companhia. (b) Reserva de capital - Gastos com emissão de ações:

Representa custos de transações para aumentos de capital da Companhia. Nos termos do art. 200 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá utilizar as reservas de capital para absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações e incorporação ao capital social. (c) Reserva de lucro:

Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, não é obrigatório a destinação de parte do lucro líquido do exercício para esta rubrica. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A memória de cálculo referente à constituição da reserva legal para os exercícios de 2018 e de 2017 está detalhada no item (d) abaixo. Retenção de lucros:

As reservas de retenção de lucros referem-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento às necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos conforme orçamento de capital. Em 31 de dezembro de 2018, foi constituída reserva de retenção de lucros, no valor de R\$30.984 (R\$31.986 em 31 de dezembro de 2017). (d) Dividendo mínimo obrigatório aos acionistas: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados no último balanço anual ou semestral. Os dividendos ou juros sobre o capital próprio intermedieiros, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucro existentes no balanço anual ou semestral, diminuído ou acrescido do direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício (10% do lucro líquido em 2017), diminuído ou acrescido do direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido destinado à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da Lei. Conforme proposta da Administração da Companhia, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os dividendos de 2018 são como segue (os de 2017 são apresentados para fins comparativos):

	2018	2017
Lucro do exercício	43.486	37.411
Reserva legal - 5% do lucro do exercício	(2.174)	(1.871)
Lucro disponível para distribuição	41.312	35.540
Dividendos propostos - 25% do lucro disponível para distribuição (*)	10.328	8.885
Dividendos propostos por ação (Reais - R\$ por ação)	0,1492	0,0515

(*) 10% do lucro disponível para distribuição em 2017.

Os dividendos de 2017, no valor de R\$3.554, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária (AGO) no dia 30 de abril de 2018 e pagos em 13 de julho de 2018.

Os dividendos de 2016, no valor de R\$8.466, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária (AGO) no dia 28 de abril de 2017 e pagos em 18 de agosto de 2017.

(e) Plano de opções de ações: O plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela Companhia, conforme respectivo regulamento corresponderá a, no máximo, 692.149 ações, equivalentes a 5% do total das ações da Companhia em novembro de 2010. O regulamento também estabelece as condições de exercício, inclusive prazos. Uma vez exercida a opção pelos beneficiários, as ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento de capital da Companhia. O preço de exercício do plano de outorga de opção de compra de ações será equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação de cada programa. Os executivos e empregados da Companhia, inclusive de controladas, diretas ou indiretamente, poderão ser habilitados a participar do referido plano. Caso o contrato de trabalho ou o mandato do colaborador venha a cessar em razão de, respectivamente, (a) pedido de demissão ou renúncia; ou (b) demissão (com ou sem justa causa) ou destituição (com ou sem justo motivo), obedecida, conforme for o caso, a definição de justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável, as opções cujo direito de exercício (i) não tenha sido adquirido, até tal data, serão canceladas; e (ii) já tenha sido adquirido até tal data, poderão ser exercidas em até 90 dias, contados da data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, mediante notificação por escrito enviada ao presidente do Conselho de Administração da Companhia, sendo que, após tal prazo, serão canceladas. Em caso de morte do beneficiário, seus sucessores terão o direito de exercer eventuais opções não exercidas, independentemente da observância de períodos de restrição à venda de ações no âmbito do Programa e mesmo que o direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido, imediatamente e pelo prazo de exercício previsto no respectivo programa, sendo que o número de ações a que os sucessores do beneficiário fizerem jus será calculado pro rata de acordo com o Plano. Em 16 de abril de 2018, foi outorgado pela Companhia para diretores e gestores, o programa 6 do plano de opções de ações. O programa contempla 352 mil opções com vesting period de até 5 anos e prazo final de exercício em dezembro de 2025. O valor justo da opção é de R\$4,66 cada, totalizando custo de remuneração de R\$1.642. Adicionalmente, na mesma data foi aprovada pelo Conselho de Administração, a prorrogação de 3 anos no prazo final de exercício dos programas 1, 2, 3, 4 e 5, com efeitos materiais nos valores justos das opções destes planos e na despesa a ser reconhecida. Na tabela a seguir estão detalhadas as características e condições dos programas de outorga de opções de ações:

Programa	Aprovação	Qtde. aprovada	% do total	Valor da opção	Participantes	Prazo inicial de exercício	Prazo final de exercício (*)
1	06/11	70.000	7,85%	R\$ 4,00	Diretores	08/11	12/21
2	06/12	22.444	2,52%	R\$ 22,36	Diretores	08/12	08/22
3	10/13	32.879	3,69%	R\$ 30,04	Diretores e gestores	12/13	12/23
4	11/14	31.835	3,57%	R\$ 30,04	Diretores e gestores	11/14	11/24
5	12/15	27.710	3,11%	R\$ 30,04	Diretores e gestores	12/15	12/25
6	04/18	352.000	39,46%	R\$ 22,00	Diretores e gestores	04/18	04/25

(*) Após o último vesting de cada plano, o beneficiário tem três anos adicionais para exercício. Os programas 1 a 5 tiveram prorrogado seu prazo final de exercício em 3 anos, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. (**) Para os programas 1 a 5, a quantidade e os preços de exercícios apresentados consideram o grupamento de ações da Companhia na proporção de quatro para um, quatro opções de ações outorgam direito aos beneficiários dos planos a uma ação da Companhia.

A movimentação das ações para cada programa de opções de ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e informações complementares são demonstradas como segue:

Programa	Quantidade de colaboradores	Movimentação 2018 (Ações mil)				Saldo final
		Saldo inicial	Concedidas	Prescritas / canceladas	Exercidas	
1	2	70	-	-	-	70
2	2	22	-	-	-	22
3	4	30	-	(2)	-	28
4	4	29	-	(1)	-	28
5	3	28	-	-	-	28
6	3	-	352	-	-	352
		179	352	(3)	-	528
Preço médio ponderado das ações		18,92	22,00	30,04	-	20,89

Programa	Quantidade de colaboradores	Movimentação 2017 (Ações mil)				Saldo final
		Saldo inicial	Concedidas	Prescritas / canceladas	Exercidas	
1	2	280	-	-	(210)	70
2	2	90	-	-	(68)	22
3	4	120	-	-	(90)	30
4	4	117	-	-	(88)	29
5	3	111	-	-	(83)	28
		718	-	-	(539)	179
Preço médio ponderado das ações		4,73	-	-	-	18,92

Programa	Número de ações exercíveis (mil)	Custo de remuneração no exercício	Custo de remuneração a ser reconhecido	Período remanescente do custo de remuneração (em anos)	
				1º	2º
1	70	(96)	-	-	-
2	22	33	-	-	-
3	30	42	-	-	-
4	32	100	-	-	-
5	6	104	101	-	0,9
6	18	351	1.291	-	4,0
2018	178	534	1.392	-	3,8
2017	130	228	235	-	1,7

Em todos os programas, nenhum valor é pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. Em 31 de dezembro de 2018, as opções outorgadas correspondem a 60,18% do total aprovado no plano (20,72% em 31 de dezembro de 2017). Os acionistas da Companhia, nos termos do art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não têm preferência no exercício da opção de compra de ações. A Companhia registra nas demonstrações financeiras a remuneração dos colaboradores baseada em ações com base no seu valor justo. O valor justo do programa foi estimado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas médias ponderadas:

	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Taxa livre de risco	12,10%	8,66%	10,86%	12,42%	16,20%	8,61%
Duração do exercício em anos (*)	7	7	7	7	7	7
Volatilidade anualizada esperada	45,73%	42,26%	36,56%	27,17%	26,73%	29,38%
Dividendos esperados	5%	5%	5%	5%	6,02%	5,00%
Valor justo da opção na data de outorga por ação	R\$ 4,04	R\$ 2,73	R\$ 2,09	R\$ 3,43	R\$ 3,48	R\$ 4,66

(*) Período de vesting de até 5 anos. Para a taxa livre de risco foi considerado uma média das taxas CDI futuras do prazo de exercício máximo de cada tranche dos planos, dado por projeção da B3. Em função da ausência de dados históricos, a volatilidade esperada foi calculada em base na volatilidade histórica média de empresas do mesmo setor de atuação. Em 31 de dezembro de 2018, caso todas as opções atualmente outorgadas fossem exercidas, a Companhia emitiria 528 mil ações, o que representaria uma diluição de 0,78% em relação ao total de ações da Companhia de 69.230 mil (0,26% em 31 de dezembro de 2017).

12. Lucro por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Individual e Consolidado	
	2018	2017
Lucro básico por ação:		
Lucro do período	43.486	37.411
Quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação (milhares)	69.144	57.190
Lucro por ação básico - em R\$	0,62892	0,65415

Lucro diluído por ação:

Lucro do período	43.486	37.411
Quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação (milhares)	69.144	57.190
Efeito diluidor das opções de ações (milhares)	130	152
Quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação (milhares)	69.274	57.342
Lucro por ação diluído - em R\$	0,62774	0,65242

13. Receitas líquidas

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de aluguéis	19.534	18.884	111.626	106.026
PIS/COFINS sobre receita	(1.807)	(1.754)	(6.799)	(6.532)
Receita líquida	17.727	17.130	104.827	99.494

14. Custos e despesas por natureza

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Depreciação	(233)	(236)	(240)	(243)
Publicidade	(829)	(1.119)	(829)	(1.119)
Salários, encargos e benefícios	(6.699)	(6.015)	(6.701)	(6.015)
Honorários da administração	(1.200)	(1.051)	(1.200)	(1.051)
Consultorias e serviços	(2.341)	(2.411)	(4.971)	(5.250)
Despesas gerais	(2.343)	(2.045)	(2.759)	(2.290)
Opções de ações	(534)	(228)	(534)	(228)
Despesa de vacância	(817)	(1.427)	(3.459)	(4.719)
Outras	(1.581)	(3.478)	(3.636)	(5.329)
	(16.577)	(18.010)	(24.329)	(26.244)

Classificadas como:

Despesas comerciais	(3.869)	(4.911)	(8.492)	(10.188)
Despesas gerais e administrativas	(9.927)	(8.570)	(11.001)	(9.676)
Honorários da administração	(1.200)	(1.051)	(1.200)	(1.051)
Outras despesas operacionais	(1.581)	(3.478)	(3.636)	(5.329)
	(16.577)	(18.010)	(24.329)	(26.244)

15. Despesas e receitas financeiras

	Individual		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 7 (d))	(28.480)	(25.271)	(45.054)	(52.443)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	680	(1.071)	680	(1.071)
Atualizações monetárias	-	(697)	-	(697)
Outras despesas financeiras	(940)	(3.721)	(1.411)	(3.998)
	(28.740)	(30.760)	(45.785)	(58.209)

Receitas financeiras

Rendimento de aplicações financeiras	5.355	6.804	5.688	7.143
Receitas de juros de contratos de mútuo	861	-	-	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	50	-	50	-
Atualizações monetárias	505	2.717	505	2.717
Outras receitas financeiras (*)	184	138	730	575
	6.955			



20. Seguros

O Grupo adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, está demonstrada a seguir:

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Seguro risco de engenharia	Garante, durante o período de construção do empreendimento, indenização decorrente de danos causados à obra, tais como de incêndio, queda de raio, roubo, dentre outras coberturas específicas de instalações e montagens no local objeto do seguro.	181.401
Responsabilidade civil (Administradores)	Garante a cobertura de danos morais aos administradores da Companhia (D&O).	50.000
Responsabilidade civil (Eventos)	Garante a cobertura de danos morais aos participantes do evento promovido.	1.350
Seguro de vida em grupo e acidentes pessoais	Garante indenização referente a danos corporais ocorridos involuntariamente a funcionários, empreiteiros, estagiários e administradores.	19.439
Seguro empresarial	Garante indenização à Companhia referente aos eventos cobertos ocorridos nos imóveis comerciais locados, eventos tais como danos elétricos, incêndio, queda de raio, vendaval e etc.	105.044
Seguro garantia judicial	Garante ao beneficiário da apólice o pagamento do valor total do débito em discussão, referente a ação distribuída ou a ser distribuída perante uma das Varas Judiciais. Garantia contratada em substituição ao depósito judicial.	384

21. Eventos subsequentes

Conforme mencionado na nota 1, em 28 de dezembro de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$300 milhões, com a base acionária de 08 de janeiro de 2019. O processo de aumento de capital foi iniciado em 07 de fevereiro de 2019, e até a data da publicação destas demonstrações financeiras ainda não havia sido concluído. Em 03 de janeiro de 2019, o Grupo quitou antecipadamente financiamentos à construção no valor de R\$33.562, que apresentavam vencimentos entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, sujeitos a taxas contratuais de TR + 9,50% a TR + 9,80% a.a.

22. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para divulgação pela diretoria em 11 de fevereiro de 2019.

Conselho de Administração

Rubens Menin Teixeira de Souza - *Presidente*
 Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez - *Vice - Presidente*
 Leonardo Guimarães Corrêa - *Conselheiro*
 Marcelo Martins Patrus - *Conselheiro*
 Ryan William Hawley - *Conselheiro Independente*
 Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa - *Conselheiro Independente*
 Barry Stuart Sternlicht - *Conselheiro Independente*

Diretoria Estatutária

Sérgio Fischer Teixeira de Souza - *Diretor Presidente*
 Felipe Enck Gonçalves - *Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores*

Controladoria

Marcelo Paulino Santana - *Diretor de Controlaria*
 José Roberto Diniz Santos - *Gestor Executivo de Contabilidade e Reporte - CRC-MG 093074/O-1*
 Simoni Regina de Carvalho Pereira - *Coordenadora Contábil - CRC-MG 064063/O-1*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As acionistas e administradores da LOG Commercial Properties e Participações S.A. Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da LOG Commercial Properties e Participações S.A. (Companhia), identificadas como individual e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LOG Commercial Properties e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da LOG Commercial Properties e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

Notas explicativas 2.2 (c) e 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Principal assunto de auditoria As propriedades para investimento da Companhia estão relacionadas a empreendimentos em operação, empreendimentos em estágio de construção e terrenos, e são mensuradas ao valor justo utilizando-se da metodologia de fluxo de caixa descontado, para os empreendimentos em operação ou em estágio de construção, e pelo método comparativo direto de dados de mercado, para os terrenos. A determinação do valor justo utiliza premissas, tais como projeção de receitas futuras de aluguel, projeção de despesas, taxas de desconto e desinvestimento e fatores de comparabilidade de mercado, que estão sujeitas a um alto grau de julgamento da Companhia e dos avaliadores externos contratados por esta. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação do valor justo das propriedades para investimentos e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas consideradas na mensuração desse valor teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados à determinação do valor justo das propriedades para investimento. Obtivemos os laudos de determinação do valor justo das propriedades para investimento preparados por avaliadores externos contratados pela Companhia e, com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas usadas na determinação do fluxo de caixa descontado e na avaliação do método comparativo direto de dados de mercado e comparamos com expectativas e informações de mercado existentes na data-base das demonstrações financeiras. Como forma de avaliarmos a razoabilidade das projeções financeiras da Companhia utilizadas no cálculo do fluxo de caixa descontado, avaliamos o que havia sido projetado no exercício fiscal anterior e comparamos a projeção com os montantes efetivamente realizados para o exercício fiscal corrente. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos uma análise de sensibilidade nas principais premissas utilizadas pela Companhia. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia, principalmente quanto às premissas e metodologia adotadas na mensuração do valor justo das propriedades para investimentos. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do valor justo das propriedades para investimento, os quais não foram registrados e divulgados pela administração por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor das propriedades para investimento no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Notas explicativas 2.2(h) e 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Principal assunto de auditoria O registro de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo deve ser efetuado na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais tais ativos possam ser utilizados. A Companhia possui saldos relevantes de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo. Devido às incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de lucros tributáveis futuros e as premissas para determinar a capacidade de recuperação desses impostos diferidos ativos e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam causar no valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia. Obtivemos as projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia e, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos e finanças corporativas, avaliamos as bases de cálculo desses impostos diferidos ativos e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na elaboração dos planos de negócio, orçamentos ou contratos de construção já firmados e outras informações de mercado, como inflação de custos e taxas de desconto. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia, principalmente quanto à expectativa de realização do ativo fiscal diferido. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
 As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da

administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores
 Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2019.



KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
 Contador CRC MG-058178/O-0

Nós sabíamos que ao investir na logística nacional um dia chegaríamos longe.

LOG NA B3.

A 1ª empresa do setor a ter suas ações negociadas no Novo Mercado da B3, alcançando o maior nível de governança da bolsa de valores brasileira.

130 MIL M² EM CONSTRUÇÃO.

PORTFÓLIO POTENCIAL DE 1,5 MILHÕES DE M².

MAIS DE 750 MIL M² DE PORTFÓLIO ENTREGUE.

PRESENTE EM 26 CIDADES DE 9 ESTADOS BRASILEIROS.

CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE GALPÕES EM CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS/MG
AVISO DE LICITAÇÃO:**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2019 - PROCESSO Nº 196/2018**

Objeto: Promover Registro de Preço, consignado em Ata, para aquisição com entrega parcelada de materiais de expediente e escritório e equipamentos, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Esmeraldas. Valor Estimado: R\$ 1.136.675,64. Abertura das Propostas por meio eletrônico dia 12/03/2019, às 9h00min e Abertura da Sessão às 13h00min. O Edital da referida licitação se encontra disponível no site www.licitacoes-e.com.br. Informações: Avenida José Pinto da Silva, nº 409, 2º andar, Bairro São José, Esmeraldas/MG. Tel.: (31) 3538-8885
Bruna Flávia Ferreira Xavier - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA**CONVOCAÇÃO JULGAMENTO DA PROPOSTA - Tomada de Preços nº 005/2018**

- **Processo Licitatório nº 102/2018.** Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de reforma, adaptações e melhoramento do espaço físico da Feira do Bairro Santos Dumont. A Prefeitura Municipal de Pirapora CONVOCA os licitantes participantes deste processo para a sessão de abertura dos ENVELOPES DE PROPOSTA das empresas declaradas HABILITADAS, que ocorrerá no dia **25/02/2019 às 13:00h** na Sala de Licitações desta Prefeitura.

Pirapora/MG, 21/02/2019 - Luiz Carlos Nunes - Presidente CPL.

PRODAUB - PROCESSAMENTO DE DADOS DE UBERLÂNDIA

Processo Licitatório nº 001/2019, modalidade "Pregão Eletrônico-Registro de Preços nº 001/2019", do tipo "Menor Preço Por Item", via site da Caixa - CEF, **Propostas Comerciais até às 08:30 horas do dia 08/03/2019**, horário Brasília-DF. Sessão Pública para recebimento dos lances das 09:00 às 10:00 hrs do dia 13/03/2019. Objeto aquisição e locação de equipamentos de informática, para atender as necessidades da administração direta e indireta da P.M. Uberlândia. Edital à disposição no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, ou www.uberlandia.mg.gov.br, sendo condicionada a participação das empresas ao Credenciamento (específico), no site da CEF, até as 23:59 hrs do dia 06/03/2019. Inf. (34) 3239-2439.
Uberlândia-MG, 21/02/2019. Reginaldo Aparecido Mendes-Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE - MG, torna público o Procedimento Administrativo nº 022/2019 Dispensa de Licitação nº 003/2019 - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019. Objeto: Aquisição de hortifrúti, biscoitos, rapaduras e carnes, provenientes da **Agricultura Familiar**. Abertura: 28/03/2019, às 08:30h. Edital disponível no site: www.saojoaodaponte.mg.gov.br. no email psaojoaodapontelicitacao@gmail.com.

São João da Ponte - MG, 21 de fevereiro de 2019.

Rafaela Rosana Pereira. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO: 0030/2019 - Pregão Presencial: 0010/2019. O município de Janaúba/MG, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará no dia 11 de Março de 2019 09:00:00 Segunda-feira, em sua sede situada na Praça Dr. Rockert, nº 92, Centro, Janaúba/MG, Licitação de nº 030/2019 na modalidade Pregão Presencial nº 0010/2019, do tipo Menor Preço por Item para Aquisição de Material de Informática, conforme especificações constante no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao Setor de Licitações, no referido endereço, no horário de 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis assim como no site www.janauba.mg.gov.br. Marco Antônio de Carvalho. Pregoeiro Oficial.

COMPANHIA MANUFATORA DE TECIDOS DE ALGODÃO

CNPJ 19.525.260/0001-09. **Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária** - Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia Manufatora de Tecidos de Algodão ("Companhia") para se reunirem no dia 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2019, às 10:00 (dez) horas, na sede da Companhia, na Rua Ondina Carvalho Peixoto 123, Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (i) deliberar e autorizar a celebração de contratos diversos (inclusive de permuta) para realização de operações de parceria comercial visando a construção de um empreendimento comercial misto nos imóveis de propriedade da CMTA, conforme parágrafo 4º, alínea (a) do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, assim como analisar e ratificar operações já contratadas; (ii) deliberar e autorizar a prática de atos de disposição de maquinário da operação fabril de tecidos, conforme parágrafo 4º, alínea (d) do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia. Informações Gerais: Poderão tomar parte na Assembleia Geral as pessoas que comprovarem a sua condição de acionistas, mediante prova de titularidade das ações. Os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia a que se refere este Edital deverão ser depositados na sede da Companhia, no endereço acima indicado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da referida Assembleia Extraordinária. Cataguases, 20 de fevereiro de 2019. Rodrigo Lanna Filho. Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MANSO/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - A Prefeitura Municipal de Rio Manso, Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no art. 21 da Lei nº 8.666/93, torna público que fará realizar Licitação na forma que segue: Processo Licitatório nº: 016/2019 - Modalidade de Licitação: Concorrência nº: 001/2019. Síntese do objeto: Alienação do domínio pleno dos imóveis de propriedade do Município de Rio Manso/MG. Tipo de Licitação: Maior oferta, observado o preço mínimo constante no Anexo I deste Edital. Entrega de envelopes: 28/03/2019 às 09h00. Sessão de julgamento: 28/03/2019 às 09h00. Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Prefeitura Municipal de Rio Manso, 08h00 às 11h00 e das 14h30 às 16h00, de 2ª a 6ª feira - Procurar Magna.

Rio Manso/MG, 21 de Fevereiro de 2019.

Magna Teresinha de Sousa - Presidente da Comissão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ/MG

Aviso de Licitação. Pregão Presencial 08.024/2019. Processo 026. O Município de Araxá, torna público a aquisição de pneus e materiais de consumo para a manutenção da frota de veículos da linha leve, caminhões e máquinas pesadas que atendem aos serviços das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Araxá-MG. Abertura: 13/03/19 às 09:00h. Edital disponível: 25/02/19. Setor de Licitações: 01(34)3691-7022. Aracely de Paula. Prefeito Municipal - 20/02/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ/MG

Inexigibilidade por Credenciamento 12.007/2018. Processo 170. O MUNICÍPIO DE ARAXÁ torna público o julgamento da fase de habilitação e proposta do PROCESSO nº 12.007/2018 para Credenciamento de clínica terapêutica, para atendimento a pacientes de ambos os sexos, de acordo com Mandados Judiciais de Internação Compulsória para tratamento de dependência química aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde. Licitação credenciada e habilitada: Renovare - Centro de Serviço Terapêutico LTDA EPP, itens: 01, 02, valor global: R\$ 283.453,33. O contrato terá o seu valor global estimado, sendo que este valor será distribuído de forma equânime entre todas as demais credenciadas pelo mesmo serviço do objeto, que serão remuneradas proporcionalmente de acordo com a quantidade de serviços prestados. Desta forma abre - se o prazo de 05(cinco) dias úteis para que querendo as demais interessadas apresentem recurso contra a decisão da habilitação. Evelyn Florence Faria Corrêa. Presidente da CPL - 20/02/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 181331 - Processo de Licitação: 000133/2018. Modalidade: P. P. Nº. 000043/2018. Contratante: Município de Janaúba-MG. Contratada/Valor: Dinauto Ltda/R\$ 185.000,00. Objeto da Licitação: Aquisição de Veículo tipo-Minibus/Van. Vigência: 28/11/2018 a 28/11/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 181341 - Processo de Licitação : 000134/2018. Modalidade: P. P. Nº. 000044/2018 . Contratante: Município de Janaúba-MG. Contratada/Valor: Dinauto Ltda/R\$ 88.000,00. Objeto da Licitação: Aquisição de Veículo tipo Passeio. Vigência: 30/11/2018 a 30/11/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº 181351 - Processo de Licitação: 000135/2018. Modalidade: P. P. Nº. 000045/2018. Contratante: Município de Janaúba-MG. Contratada/Valor: Dinauto Ltda/R\$ 84.000,00. Objeto da Licitação: Aquisição de Veículo tipo Ambulância. Vigência: 28/11/2018 a 28/11/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato de Ata de Registro de Preços - Processo de Licitação Nº.: 000163/2018. Modalidade: P. P. Nº. 000057/2018. Contratante: Município de Janaúba-MG. Contratada/Valor: Amazônia Indústria e Comércio Ltda/R\$ 128.112,50; Contexto Comércio de Produtos de Limpeza Ltda-ME/R\$ 111.209,19; Flex Distribuidora de Alimentos Ltda/R\$ 132.840,20; GN Alimentos Ltda/R\$ 217.850,00; J.S Alimentos Eireli/R\$ 38.981,00; Lais Vieira Rodrigues-ME/R\$ 110.000,00; Matheus A. Madureira -ME/R\$ 106.946,00; Wilton Charles Vieira da Silva-ME/R\$ 675.070,00. Objeto da Licitação: Aquisição de Gêneros Alimentícios. Vigência: 30/01/2019 a 30/01/2020.

P. M. DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MG - Aviso de Licitação PROCESSO LICITATÓRIO nº 017/2019 CHAMADA PÚBLICA Nº: 001/2019, Aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados a merenda escolar, a realizar no dia 20.03.2019 às 10h00min. Informações Fone (38)3832-1135 ou e-mail: licitacaosp@gmail.com - Silvio Rodrigues Gomes - Silvio Rodrigues Gomes - Presidente da C.P.L .

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato de Contrato Nº 181471 - Processo de Licitação Nº.: 000147/2018. Modalidade: P. P. Nº. 000050/2018. Contratante: Município de Janaúba-MG. Contratada/Valor: Corsino Comércio e Representações Ltda/R\$ 403.715,00. Objeto da Licitação: Contratação de empresa para fornecimento de recipientes e gases medicinais. Vigência: 31/01/2019 a 31/01/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELÓPOLIS/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório nº 34/2019 Pregão Presencial nº 23/2019. Objeto: Aquisição de 01 micro-ônibus 0 km, conforme proposta de aquisição de equipamento nº13848.286000/1180-05/Ministério da Saúde. Data: 14/03/2019 às 14:00.

Marmelópolis, 21 de fevereiro de 2019.

Denise Aparecida Bezerra. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG

Extrato do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 181351. Processo de Licitação Nº.: 000135/2018. Modalidade: P. P. Nº 000045/2018. Contratante: Município de Janaúba-MG. Contratada: Dinauto Ltda. Objeto da Licitação: Aquisição de Veículo tipo Ambulância. Vigência Atual: 28/11/2018 a 28/11/2019. Valor do Contrato: R\$ 84.000,00. Valor do Aditivo (Decréscimo): R\$ 4.000,00. Valor Atual do Contrato: R\$ 80.000,00.

Edital de Leilão**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**

Edital de Leilão 001/2019-Proc.23090.001995/2019-88-fernandoleilheiro.com.br. **Leiloeiro Fernando C. Moreira Filho, JUCEMG 445,** torna público que levará a leilão online, em 19/03/2019, a partir das 10:00 horas, seus bens inservíveis: Implementos, veículos, pneus, máquinas, motocicletas, sucatas, incubadora e bens diversos. Local de visitação: Campus *UFLA/Diretoria de Materiais e Patrimônio*. Dias de visitação: 11/03/2019 a 18/03/2019 no horário de 09:00 às 11:00 e de 14:00 às 17:00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.fernandoleilheiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2001.

O Município de Barroso torna público a Adjudicação, Homologação do Processo Licitatório: 09/2019 Aquisição de Instrumentos e Equipamentos Musicais através do Ministério da Cultura CONTRATO DE REPASSE OGU MINC 877838/2018 - OPERAÇÃO 1061484-46/ CONTRATO PREFEITURA DE BARROSO E CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

CISMEJE DE ARAÇUAÍ

O CISMEJE de Araçuaí torna público que realizará licitação na modalidade Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2019, Credenciamento 001/2019 Contratação de pessoa física para realizar procedimentos médicos. O credenciamento se dará a partir no dia 06/03/2019, a partir das 10:00 horas. Maiores informações (33.3731.2030).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial**

n.º 03/2019 - para "Aquisição de medicamentos e insumos para atender as demandas da Farmácia Básica do Município", no dia 11/03/2019, às 09h30min, no Setor de Compras, a Rua Antônio Dias dos Santos, 148, Centro, Sarzedo/MG. O edital e anexos encontram-se a disposição no site da Prefeitura www.sarzedo.mg.gov.br. Informações pelo telefone 31 3577 6531, e-mail comprassaude@sarzedo.mg.gov.br. Sarzedo/MG, 21 de fevereiro de 2019.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (DEMAE) - O Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DEMAE) e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa, no uso de suas atribuições, tornam pública a realização de concurso público destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos de Nível Fundamental Incompleto, observados os termos das leis citadas, alterações posteriores, legislação complementar e demais normas contidas em Edital 01/2019. As inscrições serão realizadas pela internet, no site eletrônico da Fundep - Gestão de Concursos (www.gestaodeconcursos.com.br) no período de 24/04/19 a 26/05/19, observados o horário de Brasília e critérios do Edital. A prova objetiva será realizada, preferencialmente em Campo Belo/MG, no dia 30/06/19. O Edital, em sua íntegra, será divulgado nos endereços eletrônicos www.demaecb.com.br e www.gestaodeconcursos.com.br.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Permanecemos à disposição dos Srs. para quaisquer esclarecimentos.
Belo Horizonte, 15 de Fevereiro de 2019. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores em Reais - R\$)

	2018	2017		2018	2017
ATIVO	5.982.548,72	6.011.464,07	PASSIVO	5.982.548,72	6.011.464,07
CIRCULANTE	4.990.527,20	5.019.271,08	CIRCULANTE	38.437,06	90.495,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.990.527,20	5.019.271,08	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	38.437,06	90.495,69
Caixa e Bancos	1.789.582,25	1.649.195,92	Fornecedores	-	1.747,66
Aplicação	-	129.451,49	Salários a Pagar	-	-
Prestamistas	3.054.929,44	3.097.433,44	Impostos e Contribuições a Recolher	16.814,17	62.809,31
Aluguéis a Receber	51.493,33	51.023,88	Cretores Diversos	19.875,23	27.686,38
Devedores Diversos	91.484,60	82.800,00	Duplicatas a Pagar	-	-
Impostos a Compensar	-	6.328,68	NÃO CIRCULANTE	-	-
Despesas do Exercício Seguinte	3.037,67	3.037,67	CREDORES INTERNOS	-	10.779,52
Ajuntamento de Dividendos	-	-	Crédito de Dirigentes	-	10.779,52
NÃO CIRCULANTE	992.021,43	992.192,99	Dividendos a Pagar	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	552.430,00	552.430,00	EXERCÍCIO FUTURO	2.868.346,36	2.907.873,44
Prestamistas	-	-	Vendas a Apropriar	3.054.929,44	3.097.433,44
Estoque de Imóveis a Comercializar	548.367,98	548.367,98	(-) Custo de Imóveis	-	-
Empréstimos Compulsórios	4.062,02	4.062,02	Vendidos a Apropriar	(186.583,08)	(189.560,00)
INVESTIMENTOS	291.805,12	291.805,12	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.075.765,30	3.002.315,42
Participações	291.805,12	291.805,12	Capital Social	2.585.405,91	2.585.405,91
IMOBILIZADO	147.786,31	147.957,89	Reserva de Capital	26.980,12	26.980,12
Móveis e Utensílios	63.915,39	62.630,99	Reserva de Lucros	1.295.008,58	1.295.008,58
Máquinas e Equipamentos	12.736,66	12.736,66	Lucros e/ou Prejuízos Acumulados	(905.079,19)	-
Veículos	77.000,88	77.000,88	Lucro do Exercício	73.449,88	(905.079,19)
Imóveis Utilizados	307.427,54	307.427,54			
Outras Imobilizações	195.457,74	185.357,74			
(-) Depreciação	(508.751,90)	(497.195,94)			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2018	2017		2018	2017
Receita de Venda de Imóveis	66.438,08	274.838,86	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		
(-) Impostos, Cancelamentos e Descontos	(2.425,00)	(10.031,61)	Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Direto)		
Receita Líquida	64.013,08	264.807,25	I - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
(-) Custo de Imóveis Vendidos	(2.976,92)	(12.629,77)	Recebimento de Clientes	115.058,89	451.433,21
LUCRO BRUTO I	61.036,16	252.177,48	Recebimento de Contas a Receber	502.203,46	429.875,22
Outras Receitas Operacionais	528.498,87	568.341,98	Recebimento de Juros	13.962,80	73.656,27
LUCRO BRUTO II	589.535,03	820.519,46	Pagamento de Fornecedores	(189.996,29)	(210.881,19)
(-) Despesas Operacionais	(474.268,25)	(1.675.157,93)	Pagamento de Contas a Pagar	(46.324,57)	(183.438,87)
RECEITA OPERACIONAL	115.266,78	(854.638,47)	Pagamento de Tributos	(209.355,02)	(772.577,89)
/PREJUÍZO	-	(854.638,47)	Pagamento de Salários e Honorários	(164.783,88)	(743.251,48)
Receitas não Operacionais	-	4.475,28	Pagamento de Juros	(1.114,94)	(42.736,38)
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	115.266,78	(850.163,19)	Outros Pagamentos Operacionais	-	-
(-) IR e CSSL	(41.816,88)	(54.915,99)	Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (1)	19.650,45	(997.921,11)
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	73.449,88	(905.079,19)	II - Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
			Aquisição de Estoque	-	-
			Compra de Ativo Imobilizado	(11.384,40)	-
			Recebimento pela Venda de Imobilizado	-	-
			Juros Recebidos	6.999,88	42.561,82
			Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento (2)	(4.384,52)	42.561,82
			III - Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
			Dividendos Recebidos Participações	-	4.475,28
			Dividendos Pagos	(3.017,31)	(165.234,21)
			Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento (3)	(3.017,31)	(160.758,93)
			Aumento/Diminuição do Caixa e Equivalente de Caixa (1+2+3)	12.248,62	(1.116.118,22)
			Caixa e Equivalente de Caixa		
			Início do Período	1.777.333,63	2.893.451,85
			Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.789.582,25	1.777.333,63

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

	2018	2017
SALDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	(905.079,19)	392.049,55
(-) Reservas Estatutárias	-	(215.202,36)
(-) Dividendos e Participações	-	(157.244,71)
(-) Transferência para Reserva Legal	-	(19.602,48)
Transferência para Lucros ou Prejuízos Acumulados	905.079,19	-
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	73.449,88	(905.079,19)
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	73.449,88	(905.079,19)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições contidas na Lei 6.404/76 e na legislação posterior pertinente a matéria.

(aa.) Dalmo Soares de Matos - Diretor. Lucas Soares Nogueira - Diretor. Carlos Dias Lopes - Téc. Cont. CRC/MG nº. 14.980.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 04/2019
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2019**

O MUNICÍPIO DE MATIAS CARDOSO-MG, realizará, no dia 15/03/2019 às 09:00 hs, na sede da Prefeitura, chamada pública para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, conforme edital, cópia do edital disponível na sede, no horário de 08:00 às 14:00, hs, no email licitacao@matiascardoso.mg.gov.br, no site www.matiascardoso.mg.gov.br ou fone 38-3616-3113. Matias Cardoso- MG, 21 de fevereiro de 2019. Fabricio de Souza Costa – Presidente da CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO PAL 032/2019 CO 003/2019**

A Prefeitura Municipal de Araçuaí- MG, torna público nos termos das Leis 8.666/93, PAL 032/2019 Concorrência Pública 003/2019. Objeto: Concessão de espaço público, constituídos por 02 (dois) quichês e 03 (três) quiosques, localizados no Terminal Rodoviário Monsenhor Clóves da Fonseca, e 02 (dois) Box situados no Shopping Popular (mercado municipal) para fins de exploração comercial. Abertura 26/03/2019, às 09:00 horas. Maiores Informações (33) 3731-3362 de 12:00 as 17:30 horas e-mail: licitacao@aracuai.mg.gov.br



**Edital de Leilão
AMESP-Associação dos Municípios da
Microrregião do Médio Sapucaí**

Edital de Leilão 01/2019 - Leiloeiro Lucas Rafael Antunes Moreira, JUCEMG 637, torna público que levará a leilão online, 14/03/2019 a partir das 13:00 horas, seus bens inservíveis: máquinas, caminhão com usina asfáltica, veículos. Locais de visitação: diversos (visitas agendadas). Dias de visitação: 25/02/2019 a 14/03/2019 no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.lucasleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2218.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

Av. Acesita, nº 3230, Bairro São José, Timóteo/MG
CEP: 35182-132 - Telefax: (31) 3847-4718 / 3847-4701

AVISO DE RETIFICAÇÕES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2018 - O Município de Timóteo torna público que, devido a questionamentos formulados ao Edital, foram efetuadas retificações na Minuta do Edital do Pregão Presencial nº 103/2018, Processo Administrativo nº 651/2018, que tem por objeto Contratação de empresa especializada na execução de serviços de reforma dos abrigos de passageiros de ônibus em aço inox, compreendendo os serviços de substituição dos tubos inox danificados, reparos e montagem da cobertura em policarbonato, travamento do telhado, fixação de mão francesa, serviços de solda, transporte e deslocamento dos abrigos em diversas localidades do município de Timóteo, com o fornecimento dos materiais. Comunica ainda que o presente Edital devidamente retificado, encontra-se à disposição dos interessados no site <http://transparencia.timoteo.mg.gov.br/licitacoes>. Melhores informações no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Timóteo, localizado na Av. Acesita, nº. 3.230, Bairro São José, Timóteo/MG e pelos telefones: (31) 3847-4718 e (31) 3847-4701. **A abertura dos envelopes fica marcada para as 14:00 do dia 12 de março de 2019.** Timóteo, 21 de fevereiro de 2019. **Claudilea P. Oliveira Thomaz - Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG

Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Carangola/MG, através de seu Pregoeiro Oficial, torna a público a abertura do Processo Licitatório nº 007/2019, Pregão 003/2019, do tipo menor preço. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção e correlatos para atender as atividades da Secretaria Municipal de Obras e demais setores do Município de Carangola, conforme especificações constantes do Termo de Referência, com exclusividade de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI. Entrega dos envelopes/Abertura/Credenciamento: 11/03/2019 às 09:00 horas. Informações pelo Site: www.carangola.mg.gov.br - Telefone: (32) 3741-9604; e-mail: licitacaocarangola@hotmail.com, ou pessoalmente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Carangola/MG, situado na Praça Coronel Maximiano, 88, bairro Centro, Carangola/MG, CEP. 36.800-000. Carangola/MG, 21 de fevereiro de 2019. Icaro Bertolaci Tavares de Melo - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG

Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Carangola/MG, através de seu Pregoeiro Oficial, torna a público a abertura do Processo Licitatório nº 008/2019, Pregão 004/2019, do tipo menor preço. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria administrativa à Secretaria Municipal de Assistência Social/CRAS/CREAS e GESTÃO do Programa Bolsa Família do município de Carangola/MG, conforme especificações constantes do Termo de Referência, com exclusividade de Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedor individual - MEI, com exclusividade de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI. Entrega dos envelopes/Abertura/Credenciamento: 12/03/2019 às 09:00 horas. Informações pelo Site: www.carangola.mg.gov.br - Telefone: (32) 3741-9604; e-mail: licitacaocarangola@hotmail.com, ou pessoalmente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Carangola/MG, situado na Praça Coronel Maximiano, 88, bairro Centro, Carangola/MG, CEP. 36.800-000. Carangola/MG, 21 de fevereiro de 2019. Icaro Bertolaci Tavares de Melo - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG

Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Carangola/MG, através de seu Pregoeiro Oficial, torna a público a abertura do Processo Licitatório nº 009/2019, Pregão 005/2019, do tipo menor preço. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de trator de esteira, conforme especificações constantes do Termo de Referência, destinado ao atendimento das necessidades do município de Carangola/MG. Entrega dos envelopes/Abertura/Credenciamento: 12/03/2019 às 14:00 horas. Informações pelo Site: www.carangola.mg.gov.br - Telefone: (32) 3741-9604; e-mail: licitacaocarangola@hotmail.com, ou pessoalmente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Carangola/MG, situado na Praça Coronel Maximiano, 88, bairro Centro, Carangola/MG, CEP. 36.800-000. Carangola/MG, 21 de fevereiro de 2019. Icaro Bertolaci Tavares de Melo - Pregoeiro Oficial.



CONVOCAÇÃO

Convocamos os consorciados que participaram e que se encontravam ativos na data do encerramento dos grupos a seguir relacionados, para comparecer à sede da Multimarcas Consórcios, na Av. Amazonas, 126, Centro, Belo Horizonte, MG ou contatar a empresa por meio do telefone: 31-3036-1763 ou e-mail: carina@multimarcasconsorcios.com.br, falar com Carina, afim de receberem o relatório de encerramento definitivo dos referidos grupos e os saldos remanescentes.

RELAÇÃO DOS GRUPOS CONVOCADOS

1	2	10	11	26	33	43	45	46	51
52	54	55	56	57	80	88	99	105	108
244	245	250	251	252	256	257	258	263	264
265	267	268	269	270	271	272	274	405	407
410	412	423	425	426	430	432	444	450	452
453	454	455	457	460	462	516	533	540	600
601	607	612	620	626	628	629	632	634	680
681	684	685	686	687	801	803	810	811	813
814	908	909	915	920	923	925	926	927	928
929	930	932	935	937	938	941	942	943	944
947	948	953	954	958	1000	1001	1002	1003	1004
1005	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015
1016	1017	1019	1025	1027	1029	1031	1258	1422	1427
1429	4059	4061	4064	5053	5056	5059	5065	5072	5073
5075	5076	9002	9003	9004	9500	9501	9901	9940	9951

MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

Site: www.multimarcasconsorcios.com.br

E-mail: multimarcas@multimarcasconsorcios.com.br

Comarca de Belo Horizonte/MG – Secretaria da 16ª Vara Cível - Edital de Citação de Ilma da Silva Torres Ferreira e de Jânio Luiz Ferreira, prazo de 20 (vinte) dias. O Dr. Paulo Rogério de Souza Abrantes, Juiz de Direito da 16ª Vara Cível, na forma da Lei, etc., faz saber que por este Juízo e Secretaria tramita um incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica arguido por Sodex Pass do Brasil Serviços e Comércio S/A (CNPJ 69.034.668/0001-56) em face de Protex Segurança e Transporte de Valores Ltda. (CNPJ 00.215.978/0001-70), processo nº 1467535-90.2016.8.13.0024, no curso da Execução de Sentença ajuizada sob nº 1638405-76.2013.8.13.0024, contra aquela empresa, por um débito de R\$1.252.756,06, quando do requerimento de execução, em fevereiro de 2014, e por este edital cita ILMA DA SILVA TORRES FERREIRA (brasileira, empresária, casada, C.I. 26.968.040-1-SSP/RJ, CPF 821.884.086-91) e Jânio Luiz Ferreira (brasileiro, empresário, casado, C.I. 334.176-SSP/DF, CPF 149.406-801-00), sócios da empresa executada, para se manifestarem sobre o pedido em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 135, do CPC, sob pena de, não o fazendo, lhes ser nomeado Curador Especial, podendo vir a serem tidos como aceitos verdadeiros os fatos alegados pela autora (art. 344, CPC) e se prosseguir contra eles a execução originária Será este publicado na forma da lei e afixado em local de costume. Belo Hte., 12/02/2019. Paulo Rogério de Souza Abrantes, Juiz de Direito; Carlos Alberto Miranda Costa - Escrivão, que assina por ordem do MM. Juiz.

BHTRANS – AVISO DE LICITAÇÃO – TP n.º 01/2019 – A Comissão Permanente de Licitação – CPL da BHTRANS torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de Revisão e Elaboração de Projeto Executivo de Infraestrutura Cicloviária Integrada à Rede Estruturante de Transporte Público do Município de Belo Horizonte, de acordo com o seguinte: Entrega dos envelopes de Documentos para Habilitação e Proposta Comercial: até as 09h45 do dia 12/03/2019; Sessão de abertura (Habilitação): no dia 12/03/2019 às 10 horas. Sala de licitações da BHTRANS – Av. Engenheiro Carlos Goulart, nº 900, Prédio 1, Búritis, Belo Horizonte/MG. O Edital completo encontra-se disponível para download na Internet, no site da PBH (www.pbh.gov.br – clicar em “Acesso Rápido” – “Licitações e Editais”). As empresas, caso queiram, poderão retirar cópia reprográfica do Edital na CPL – BHTRANS, no horário entre 10h e 15h30, mediante comprovação de pagamento de Guia a ser emitida pela BHTRANS no valor de R\$ 22,00 (vinte e dois reais). As publicações posteriores serão feitas unicamente no DOM – Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2019. Mariana Ferreira da Silva – Presidente da CPL.

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL RUA DOIS, Nº 328, CASA 213, ALTO DAS FLORES BETIM MG CEP 32400000**
1º leilão 27/02/19 partir 11:00 horas
2º leilão 27/03/19 partir 11:00 horas
Local EM FRENTE A AGENCIA DA CAIXA: AVENIDA JK, Nº229, CENTRO BETIM MG
Agente Financeiro: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA Mutuários:
HELBERT MARCELO DE OLIVEIRA, CPF 87203154653 e cônjuge, se casado(a) estiver.
EDILANE RIBEIRO, CPF 00120810603 e cônjuge, se casado(a) estiver.
2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão
Informações tel 3438142286 ou AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959 RESIDENCIAL GRAMADO PATOS DE MINAS MG CEP 38706209
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR
Leiloeiro Oficial
SED:1DB87

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL RUA GENERAL CARNEIRO, Nº65, CASA, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS SETE LAGOAS MG CEP 35700494**
1º leilão 27/02/19 partir 09:00 horas
2º leilão 27/03/19 partir 09:00 horas
Local EM FRENTE A AGENCIA DA CAIXA: AVENIDA MUCIO JOSE REIS, Nº70, CENTRO SETE LAGOAS MG
Agente Financeiro: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA Mutuários:
ROBERTO MOREIRA DA SILVA, CPF 46318712615
VERA LUCIA RITA DA COSTA MOREIRA, CPF 06681938671
Informações tel 3438142286 ou AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959 RESIDENCIAL GRAMADO PATOS DE MINAS MG CEP 38706209
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR
Leiloeiro Oficial
SED:1E76F

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do **IMÓVEL AVENIDA SARAMENHA, Nº1725, APTO 103, BLOCO 32, GUARANI BELO HORIZONTE MG CEP 00000000**
1º leilão 27/02/19 partir 12:30 horas
2º leilão 27/03/19 partir 13:00 horas
Local EM FRENTE A AGENCIA DA CAIXA ECONOMICA: AVENIDA ALVARES CABRAL, Nº1700, SANTO AGOSTINHO BELO HORIZONTE MG
Agente Financeiro: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA Mutuários:
CONCEIÇÃO SOARES ALVES, CPF 36864552772 e cônjuge, se casado(a) estiver.
2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão
Informações tel 3438142286 ou AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959 RESIDENCIAL GRAMADO PATOS DE MINAS MG CEP 38706209
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR
Leiloeiro Oficial
SED:1E783

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

**AVISO DE REABERTURA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 92/2018**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, por meio da Coordenadoria de Suprimentos, localizada no Campus Universitário do Morro do Cruzeiro, CEP 35.400-000, Ouro Preto / MG, telefone (31) 3559-1382, reabrirá a licitação para REGISTRO DE PREÇOS após retificação do edital, cujo objeto é a eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial (corretiva e preventiva), com fornecimento de equipamentos, peças, materiais e mão-de-obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI – nas edificações dos Campi da Universidade Federal de Ouro Preto conforme condições estabelecidas no Edital do pregão e seus anexos, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA. Data da sessão: 11/03/2019. Horário: 09:00 horas. Local: www.comprasnet.com.br. O edital e seus anexos poderão ser extraídos dos sites: www.comprasnet.gov.br ou www.ufop.br (ícone licitações).
Reginaldo Arcajo Rodrigues - Pregoeiro/UFOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLAUCILÂNDIA/MG. Processo Licitatório 015/2019 - Pregão Presencial 05/2019. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: Registro de Preços para contratação de ME, EPP ou MEI para fornecimento de uniforme, tecido e aviamento. Dia: 08/03/2019, às 09:00 horas na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. O Edital será obtido na Sala de Licitação da PMG, por e-mail: licitacao@glauclandia.org.br ou www.glauclandia.org.br, site: www.glauclandia.org.br, fone (38) 3236-8136.

SAAE DE SÃO LOURENÇO/MG

Pregão Eletrônico nº 006/2019. Objeto: Registro de Preços de serviço de transporte de material reciclável. Data: 12/03/2019 às 15:00h.

Pregão Eletrônico nº 008/2019. Objeto: Registro de Preços de smartphones. Data: 11/03/2019 às 10:00h.

Pregão Eletrônico nº 009/2019. Objeto: Registro de Preços de rolamentos e selos mecânicos. Data: 12/03/2019 às 10:00h. Editais na íntegra disponíveis nos sites: www.saesaolourenco.mg.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ

Processo Licitatório nº 008/2019 - Tomada de Preços nº 001/2019 - Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil para dar continuidade à execução da construção de Escola Proinfância tipo 01, conforme termo de referência, referente ao termo de compromisso TC Nº 06463/2013 - FNDE. Abertura da sessão dia 12 de março de 2019 às 09h00min. Telefone: 38 - 3233-1325. Site: www.franciscosa.mg.gov.br ou e-mail: licitacaofranciscosa2017@gmail.com
Presidente da CPL: Rosângela Oliveira Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG. Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 15/2019, do tipo Menor Preço Global, julgamento por Lote, (Com participação exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas), para Contratação de empresa para confecção, montagem e instalação de móveis modulados para farmácia da Unidade de Pronto Atendimento UPA. **Sessão dia 12/03/2019 às 09h00min.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG. Resultado de Julgamento - Tomada de Preço nº 01/2019. Contratação de empresa do ramo da engenharia civil para Conclusão da Obra de Construção (Projeto padronizado) da UBS - Unidade Básica de Saúde, no Distrito de Dom Correa, neste Município. Sagrou-se vencedora a empresa Gold Construções Ltda com o valor total de R\$ 353.975,88 (Trezentos e cinquenta e três mil novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos). Mais informações pelo telefone (33) 3339-2712 e no site oficial do Município: www.manhuacu.mg.gov.br. Comissão Permanente de Licitação. Manhuaçu/MG, 21 de fevereiro de 2019.

**HOSPITAL METROPOLITANO DOUTOR CÉLIO DE CASTRO
ABERTURA LICITAÇÃO
PREGAO ELETRÔNICO 058/2018**

PROCESSO: HMDCC 369/2018
Registro de Preços para eventual aquisição de MATERIAL MEDICO HOSPITALAR - ATADURAS, MALHAS E ALGODÃO que atenda a demanda no Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro, pelo período de 12 (Doze) meses, conforme as especificações constantes no Edital.
• Abertura das propostas dia: 07/03/2019 às 09:00 horas.
• Abertura da sessão de lances dia: 07/03/2019 às 10:00 horas.

Os Pregões Eletrônicos serão realizados em sessão pública por meio da INTERNET. Para participar dos Pregões Eletrônicos, os interessados deverão credenciar-se junto às Agências do Banco do Brasil S/A, para obtenção da senha de acesso. Os Editais poderão ser obtidos pelos interessados através dos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.hmdcc.com.br. Qualquer informação ou orientação adicional poderá ser obtida através do e-mail: pregao.eletronico@hmdcc.com.br, ou pelos telefones (31) 3472-4163 / 3472-4101.
Iracema Alves Ferreira
Pregoeira

Os melhores negócios passam por aqui
MAIS EDITAIS EM: WWW.SATOLEILOES.COM.BR | (11) 4223-4343

TATIANA HISA SATO, Leiloeira Oficial – mat. Juceps nº 817, autorizada por **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA** – CNPJ: 58.113.812/0001-23, venderá em 1º e 2º Público Leilão Extrajudicial – art. 26, 27 e § da Lei Fed. Nº 9.514/97 e suas alterações, o **IMÓVEL:** Um lote para construção, com área de 200,00 mts2, substituído pelo lote cadastrado no setor 22 da quadra 41 sob nº 188, situado nesta cidade na rua João Pinheiro do bairro SANTA TEREZINHA. AV. -1-59097 Construção no lote situado nesta cidade na rua Joao Pinheiro, acima matriculado um prédio residencial com a área total edificada 21,51mts2. **Matrícula nº 59.097 do Cartório de Registro de Imóveis de Patos de Minas - MG. 1º LEILÃO 07/03/2019 às 15h30 - VALOR: R\$ 116.700,00. 2º LEILÃO 08/03/2019 às 15h30 - VALOR: R\$ 70.000,00.** Encargos do arrematante: pagto. à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; emissão de matrícula, certidões (inclusive das Credoras) para lavratura e registro da escritura; ITBI e despesas com escritura/registro; despesas a partir da data da arrematação; desocupação do imóvel. Venda ad corpus. Consolidação da Propriedade em 10/12/2018. o **Fiduciante** - GILCIMAR BATISTA PEREIRA CPF: 033.251.536-23 e **MARIA DE FATIMA SILVA PEREIRA** CPF: 025.057.006-80 – comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital completo, disponível no portal da Sato Leilões.**

REGISTRO DE IMÓVEIS DE BELO HORIZONTE – EDITAL DE INTIMAÇÃO - PAULO EUGENIO REIS DUTRA, Oficial Inteiro do 6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, nos termos da Portaria nº 5.195/CGJ/2017 e na forma da Lei, etc., utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de financiamento imobiliário nº 201402473, **INTIMA** o Sr. **MICHEL SILVA REIS,** residente em local incerto e ignorado, para satisfazer, tendo em vista a inefetiva tentativa de intimação pessoal, na forma da Lei, no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que vencerem até a data do pagamento, com juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação, referentes ao contrato de compra e venda garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 21/07/2014, registrado sob nº R-03, na Matrícula nº 110.297 deste Serviço, referente ao imóvel situado à Avenida Vilarinho, nº 3.050, Apto. 401, Bl. 01, Cenáculo, Belo Horizonte/MG, com saldo devedor que, em 22/02/2019, perfaz o montante de R\$102.316,22, relativo a prestações vencidas e não pagas. Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado neste Serviço de Registro de Imóveis, situado à Rua Inconfidentes nº 914 – Savassi – Belo Horizonte/MG. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não a ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do Credor fiduciário, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. Dado e passado nesta Cidade de Belo Horizonte aos 22 de fevereiro de 2019. O Oficial Inteiro, (ass) Paulo Eugênio Reis Dutra.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITACARAMBI-MG**

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Itacarambi Torna público que fará realiza **licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2019 - PROCESSO Nº. 07/2019. REGISTRO DE PREÇO Nº03/2019. OBJETO: Aquisição de material de limpeza, higiene pessoal e embalagens para atender as unidades das secretarias do município de Itacarambi-Mg. Credenciamento: 13/03/2019 de 08h30min às 09h00min. Início da Sessão: 09h. Nívea Maria de Oliveira - Prefeita Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38)3613-2171. Edital disponível para fornecimento via email licitacao@itacarambi.mg.gov.br, ou diretamente no Setor de Licitação e Contratos.**

MUNICÍPIO DE CURVELO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 009/2019
Objeto: Registro de preços para fornecimento de material de pintura. A sessão do Pregão será à Av. D. Pedro II, Nº 487, dia 11/3/19 às 9h. Inf./retirada Edital: Deptº. Suprimentos – (38)3722-2617. Av. D. Pedro II, 487, 2ª a 6ª feira, de 8 a 10 e de 12 a 18h.
Curvelo, 21/2/19. Elaine R. Montalvão - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS – MG. Aviso de publicação do Processo Licitatório nº 07/2019 – Pregão 03/2019. Menor Preço Por Item. REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Obras e Regulação Urbana, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Data de apresentação de envelopes e julgamento: 09h00min do dia 27/03/2019. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefone: (35) 3694-4021. Rodrigo Moreti Pedroza – Diretoria de Suprimentos.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE JOALHERIA, BIJUTERIA, LAPIDAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS E RELOJOARIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2019
EDITAL - RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA - EXERCÍCIO 2019. Pelo presente edital de Convocação, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria, Bijuteria, Lapidação de Pedras Preciosas e Relojoaria do Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ de nº 23.862.360/0001-06, Código Sindical nº 913.826.02724-1, com sede a Rua Espírito Santo, 466 - Sala 1.306 - Centro - Belo Horizonte/MG, para cumprimento do disposto no art. 605 da CLT, científica os empregadores estabelecidos na sua base territorial de que deverão descontar dos salários de seus empregados, referente ao mês de março de 2019, a contribuição sindical laboral, cujo valor está estabelecido no art. 582 da CLT e recolher no mês de abril de 2019, em qualquer das agências da Caixa Econômica Federal, sob pena de sua cobrança ser acrescida das comissões do art. 600 da CLT, ficando desde já notificados os senhores empregados e empregadores, que a Assembleia Geral Extraordinária da categoria realizada dia 09/02/2019, autorizou, prévia e expressamente o desconto da contribuição sindical laboral de todos os integrantes da categoria profissional, associados ou não, atendendo às formalidades exigidas nos artigos 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2019. Wander Lucio dos Santos - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA, MINAS GERAIS
Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 004/2018. Objeto: **Contratação de empresa por empreitada global para construção de um prédio destinado ao funcionamento do 2º Pelotão da Polícia Militar de Minas Gerais na cidade de Conquista/MG, conforme Projeto de Engenharia 003/2018 que passa integrar como parte deste.** Fundamento: Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/06 e demais legislações aplicáveis. **Recebimento dos envelopes de habilitação e proposta de preços:** até às 12:45 horas do dia 18/03/2019. **Abertura dos envelopes:** 13:00 hs mesmo dia e local. **Valor estimado da licitação: R\$ 401.083,86 (quatrocentos e um mil, oitenta e três reais e oitenta e seis centavos).** Local para aquisição do edital: Depto. de Licitações, situado Praça Cel. Tancredo França, 181, centro - Conquista/MG, ou www.conquista.mg.gov.br - Informações poderão ser obtidas pelos telefones (0xx34) 3353-1227 opção 7. Conquista/MG, 20/02/2019.
KEULA ALVES SOARES - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO/MG
Extrato De Publicação - **Edital de Publicação** Secretaria Municipal de Saúde de Campo Belo-MG. Tomada de Preços nº. 03/2019. **Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para realização de obras de acessibilidade no PSF Vila São Jorge. **Abertura: 18/03/2019**, às 08:30 horas. **Mais informações e disponibilidade do edital:** Rua Expedicionário Boavidir Massote, nº520, Vila Escolástica. Tel.: (0**35) 3831-7976 -E-mail: licitacaosaude@campobelo.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
REAVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 600/2018 TIPO "MAIOR OFERTA"
EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - através da **DIRETORIA DE COMPRAS** - Realizará licitação supramencionada - Objeto: Seleção de empresas para outorga de uso comercial de espaço pública, a título precário e oneroso, com fins de exploração da atividade de bar e lanchonete, nas dependências do Teatro Municipal de Uberlândia. O Edital encontra-se a disposição na Diretoria de Compras, na Avenida Ubiratan Honório Castro, nº. 826, fone 0xx 34-3239-2488, das 12:00 às 17:00 horas e no site www.uberlandia.mg.gov.br. Entrega dos Envelopes e Sessão Pública para abertura no dia 01/04/2019 às 13:00 horas, na Diretoria de Compras. Uberlândia/MG, 21 de fevereiro de 2019. **MONICA MARIA COSTA - DIRETORIA DE COMPRAS.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG
Proc. 25/16 - PP 15/16 - Contrat. Serv. Transp. Escolar - 10º Aditivo CTR 31/16 - Expresso Canoas Ltda-ME - CNPJ: 01.682.867/0001-37 - Aplica reajuste de 7,5521% - IGP-M-Vr: R\$ 1.033.730,27 - 8º Aditivo CTR 32/16 - Thais O. Alkimin-ME - CNPJ: 21.674.242/0001-30 - Aplica reajuste de 7,5521% - IGP-M-Vr: R\$ 111.967,65.
Proc. 96/18 - Dispensa 16/18 - Contrat. Asses. Licitações - 2º Aditivo CTR 86/18 - Prorroga vig: 24/1 a 24/2/19 - Inc, II, art. 57, L. 8.666/93.
Proc. 7/19 - PP 1/19 - Aquis. Baterias - CTR 15/19 - Sig: Marcelo M. Mendonça (Prefeito) e Heliqeni A. Silva p/ Heliqeni A. Silva-ME - CNPJ: 01.327.145/0001-64 - Vr: R\$ 32.225,00 - Vig: 31/12/19.

33ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. Edital de Citação e intimação de CARLOS ALBERTO DOS SANTOS. Prazo 20 dias. O Dr. Pedro Câmara Raposo Lopes, MM. Juiz de Direito da Trigesima Terceira Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc. Faz saber a todos quantos vierem, ou dele conhecimento tiverem, que perante esta Secretaria tramita ação Procedimento Comum ajuizada por QUALITY PARTICIPAÇÕES LTDA, em face de Carlos Alberto dos Santos, processo eletrônico nº 5163237-26.2017.8.13.0024. E estando o Réu, Carlos Alberto dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 527.513.686-20, em lugar incerto e não sabido, serve o presente para citá-lo para todos os termos da presente ação, bem como intimá-lo para audiência de conciliação a realizar-se no dia 25/04/2019, às 17:00 horas, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, situado na Av. Francisco Sá, 1409, Bairro Gutierrez, nesta Capital, nos termos do 334, do CPC. A audiência somente não será realizada se todas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual (art. 334, §4º, I). Nessa hipótese, o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (art. 335-caput), terá início, para cada um dos réus, a partir de apresentação do respectivo pedido de cancelamento da audiência (art. 335, II). Desde já ficam as partes cientes de que o comparecimento à audiência, acompanhadas de advogados ou defensores públicos, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa (art. 334, § 10). Realizada a audiência e não havendo autocomposição, o prazo de 15 (quinze) dias para contestação (art. 335-caput) terá início a partir da audiência ou, se for caso, da última sessão de conciliação (art. 335, I). Se a parte ré não ofertar contestação, serpa considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344). Assim vai o presente devidamente publicado e afixado no átrio do Fórum. Advogado do Autor: Ana Jacques do Couto e Silva, OAB/MG 170.425. Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2019. Jonas Régio – Escrivão Judicial, por ordem do MM. Juiz de Direito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Torna Público nos termos da Lei nº 8.666/93 e 10.520/2000 a realização da Licitação, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019. Tipo: Menor Preço. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA SERVIÇOS DE ARBITRAGEM. Entrega e abertura dos envelopes será às 09h30min. do dia 11/03/2019, na sala de reuniões da CPL, à Rua Padre João Coutinho, nº 121, Centro, Santo Antônio do Grama/MG. Informações pelo telefone (31) 3872-5005.
Janaina Aparecida Frade
Pregoeira

EDITAL. Carla Fernanda Santos Rajão Oficial Interina do Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais, faz saber a todos quantos o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de GERALDA TEODORA CRISPIM DE SENA, brasileira, casada, aposentada, portadora do CPF: 311.665.206-68 e RG M 2.369.896 e/s SILVIO MOREIRA DE SENA, brasileiro, casado, aposentado, CPF 162.052.006-00 e RG M 964.359, residente na Rua Cova de Iria nº 415, Bairro Maria Helena, Venda Nova, Belo Horizonte/MG foi requerido a esta serventia o pedido de usucapião extrajudicial do imóvel rural situado no local denominado "APOEIRA GRANDE", no município de Santana do Riacho, com a área de 5.6533 ha (Cinco hectares, sessenta e cinco ares e trinta e três centiares), requerentes/atores, que tramita nesta Serventia do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas/MG, pedido de USUCAPIÃO EXTRA JUDICIAL, conforme Artigo 1.071 do Código de Processo Civil Brasileiro, Lei Federal 13.105 de 2015, e Artigo 216-A da Lei de Registro Público. Lei Federal 6.015/73, do referido imóvel. A documentação exigida para a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, ora em curso, encontra-se no petitiório inicial nesse cartório, à disposição de interessados a saber: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - AGU, ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - AGE, MUNICÍPIO DE SANTANA DO RIACHO/MG. As impugnações ao reconhecimento da usucapião extrajudicial de entes públicos ou interessados devem ser endereçadas ao Cartório de Registro de imóveis da Comarca de Jaboticatubas/MG, em 15 (quinze) contados da terceira e última, publicação deste Edital em jornal Hoje em Dia. Dado e passado nesta cidade de Jaboticatubas/MG, aos 06 dias do mês de Fevereiro de 2019. A Oficial Interina: Carla Fernanda Santos Rajão.

1ªVF DE LAVRAS/MG-EDITAL DE LEILÃO
O Juiz Federal Subst. da Subseção Judiciária, faz saber a todos, que serão levados a leilão os bens, sendo **1º Leilão, 14/03/19**, às 9h e o **2º Leilão, 14/03/19**, às 10h, no prédio da JF, na R. Kennedy dos Santos, 40, Jd. Bela Vista. **01) Proc.: 0000251-60.2009.4.01.3808** de Caixa Econômica Federal contra Sansilmodas Confeccões Ltda e Outros. Bem: Pequeno lt. de terreno, sito na R. 28 de setembro, em Santana do Jacaré/MG, c/ 55m², RG do CI de Campo Belo/MG nº 5.268, R\$ 20.000,00. Depositária: Idalina Maria da Silva Modesto. **02) Proc.: 0003757-68.2014.4.01.3808** de Caixa Econômica Federal contra Comercial MFG Campos Ltda e Outros. Bem: Veículo VW/Kombi furgão, CPFV2470, 97/98, R\$ 5.000,00. Depositário: Carlos Antônio Rodrigues. Leiloeira: Thais C. Bastos Teixeira. Comissão: Arrematação, 5% da arrematação; Adjudic./remição/pgto dívida/não realiz. leilão p/ qualquer outro motivo, 5% da avaliação ou 1/2 salário mín., o menor. Caso não haja licitante que ofereça lance igual ou sup. à avaliação no 1º Leilão o bem será arrematado p/ quem mais ofertar, não inf. a 60% da avaliação no 2º leilão. Em caso de arrematação/adjudicação/remição serão devidas ainda, custas pela parte interessada, observando-se os limites fixados p/ Lei 9.289/96. O presente edital será afix. no átrio deste juízo e publicado na forma da lei. Em, 09/01/19.
Maurilio Freitas Maia-Juiz Federal Substituto



PROMOVE
O melhor plano é estudar aqui!

K FACULDADES KENNEDY

SUA ESCOLHA PROMOVE SEU FUTURO!



CURSOS

- » Administração
- » Cosmética e Estética
- » Direito
- » Enfermagem
- » Engenharia Civil
- » Engenharia de Minas
- » Engenharia de Produção
- » Engenharia Elétrica
- » Engenharia Mecânica
- » Estética e Cosmética
- » Gastronomia
- » Gestão em Logística
- » Gestão de RH

- » Gestão Financeira
- » Gestão Hospitalar
- » Jornalismo
- » Marketing
- » Medicina Veterinária
- » Nutrição
- » Odontologia
- » Publicidade e Propaganda
- » Psicologia
- » Redes de Computadores
- » Sistemas para Internet
- » Sistemas de Informação
- » E muitos outros...



UNIDADES

- » Centro
- » Mangabeiras
- » Prado
- » São Lucas
- » Venda Nova



INSCREVA-SE

- » vestibularunificado.com.br
- » 0800 031 2103
- » 31 98488-7050



@faculdadespromove
@faculdadekennedy